



CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N.º 02/2026

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 12/01/2026

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL HORTA METROGOS

VEREADORES: ANTÓNIO JOAQUIM VINAGRE PADEIRINHA
LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE
RUTE ISABEL VINAGRE FREITAS BELGA
RUI MIGUEL CANDEIAS CARDOSO

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

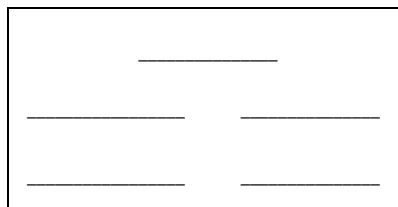
HORA DE ENCERRAMENTO: 16:10 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS:

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 06/01/2026

CAIXA -----	358,00€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS -----	1.228.887,81€
C.G.D. - CONTA N.º 0035/ 00000345430 -----	362.402,46 €
C.G.D. - CONTA N.º 0035/00004293431 -----	4.722,80€
C.G.D. - CONTA N.º 0035/00005537330 -----	4.415,75€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050 -----	62,14 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050 -----	5.430,67€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350 -----	93.551,22€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250 -----	600,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER -----	14.329,24€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950 -----	3.612,00€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES -----	2.024,11€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950 -----	674,24 €
C.G.D. – CONTA N.º 0035/00207142150 -----	1.205,20€
B.T.A.–CONTA N.º 0018/10814784001 -----	228.018,06€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743 -----	235.105,98€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/ 40122579668 -----	222.072,34€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558 -----	40.007,65€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682 -----	50.864,41€
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214 -----	7.716,26€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	8.325,33€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS -----	6.250,64€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	148,50 €



O Senhor Presidente, declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença de cinco membros do órgão. -----
Começou por cumprimentar a Senhora Vereadora, os Senhores Vereadores, os Técnicos da Câmara que estavam a dar apoio à reunião e a todos os que iriam assistir através das redes sociais. -----

São os seguintes os pontos da ordem de trabalhos desta reunião:-----

- 1) Aprovação da ata em minuta no final da reunião;-----
- 2) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara; -----
- 3) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 15, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Aguiar.-----
- 4) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 16, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Alcáçovas; -----
- 5) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 3, referente à Empreitada de Ampliação de Estacionamento e Construção de Passeio na Rua do Rocio em Viana do Alentejo, e Requalificação dos Espaços Exteriores da Unidade de Saúde de Aguiar;
- 6) Proposta de transferência de verba para a Associação Nacional de Assembleias Municipais (Quota de 2026)-----
- 7) Proposta de constituição de Fundo de Maneio a cargo do representante do Município na CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo/Ano de 2026; ----
- 8) Proposta de aprovação do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Galopar e Pedalar Clube BTT de Aguiar- 2026/2027; -----
- 9) Proposta de aprovação do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Clube de Atletismo de Viana do Alentejo -2026/2027;-----
- 10) Proposta de aprovação da 2ª alteração ao Plano de Transportes Escolares do Concelho de Viana do Alentejo – Ano Letivo 2025/2026;-----

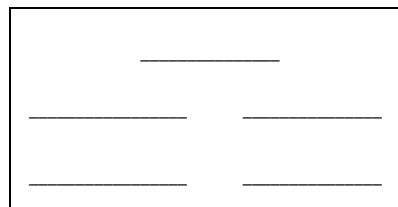
Período de antes da ordem do dia- Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Havendo público presente na sala, o Senhor Presidente perguntou se alguém desejava intervir. Não se registando quaisquer intervenções, deu-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia. O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção referindo-se ao voto antecipado realizado no dia anterior, informando que o mesmo tinha decorrido dentro da normalidade, não havendo nada de relevante a assinalar. -----

Reforçou, ainda, o apelo à participação no ato eleitoral do dia 18 de janeiro, informando que as mesas de voto já tinham sido publicadas e que nelas estavam representadas todas as forças políticas. Salientou a importância do exercício do direito de voto para a democracia e manifestou a expectativa de que também esta votação decorresse dentro da normalidade. -----

O Senhor Presidente informou, igualmente, que na prova “Viana-a-par-de-Alvito” tinha participado cerca de 400 pessoas, registando-se um acréscimo relativamente ao ano anterior, o que considerou um bom indicador do crescimento da prova. Referiu que o número de inscritos na corrida tinha sido praticamente idêntico ao do ano anterior, verificando-se, contudo, um aumento do número de participantes na caminhada e na corrida dos jovens.-----

Referiu que o evento tinha sido muito positivo e que tudo tinha decorrido muito bem, tanto a participação como toda a envolvência da iniciativa, que culminou com a chegada a Viana do



Alentejo, junto ao Castelo. Destacou, ainda, a excelente receção preparada pela Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, que incluiu um beberete e a oferta, por parte da Câmara Municipal, de um saco com lembranças aos participantes. -----

O Senhor Presidente deixou um agradecimento à Junta de Freguesia de Viana do Alentejo e enalteceu a parceria existente entre o Município de Viana do Alentejo e o Município de Alvito, manifestando o desejo de dar continuidade à mesma. Destacou a importância desta parceria para o reforço das relações entre os dois Municípios, para a dinamização da prática desportiva e para o crescimento e consolidação desta prova desportiva. -----

Acrescentou que, futuramente, se procuraria reforçar a ligação da prova ao património cultural dos dois Concelhos, designadamente através da passagem dos participantes por outros locais de interesse, permitindo-lhes conhecer melhor o património e os territórios dos Concelhos de Viana do Alentejo e de Alvito. -----

Deixou, ainda, um agradecimento ao Galopar & Pedalar Clube (Clube de BTT de Aguiar), pela organização do 11.º Raid BTT em Aguiar, que contou com a participação de cerca de 180 participantes. -----

Neste âmbito, o Senhor Presidente salientou que, no mesmo dia, se registou no Concelho a participação de cerca de 630 pessoas nas diferentes iniciativas desportivas, a que acresceram os respetivos acompanhantes, considerando que o conjunto destas atividades contribuiu para proporcionar um grande dia de desporto e convívio no Concelho. -----

Salientou que o Executivo não tinha a pretensão de promover eventos sobrepostos, de forma a evitar que as diferentes iniciativas disputassem o mesmo público. Contudo, considerou que, neste caso, ambas as iniciativas tinham decorrido muito bem, registando uma participação bastante significativa. -----

Reconheceu o bom trabalho desenvolvido pelo Clube de BTT de Aguiar, apresentando as suas felicitações pela organização e pelo sucesso da iniciativa. Referiu, ainda, que tinham conhecimento da intenção do Clube de dar continuidade à realização da prova. -----

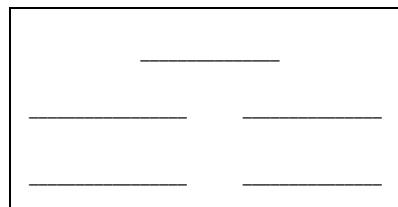
O Senhor Presidente fez, ainda, um ponto de situação relativamente à evolução dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos nas estradas e caminhos municipais, referindo que as condições atmosféricas que se têm verificado no Concelho não têm contribuído para a melhoria do estado das mesmas, constituindo, pelo contrário, uma agravante relativamente à conservação e manutenção das estradas e caminhos municipais pelos quais o Município é responsável. -----

Neste âmbito, deixou um agradecimento ao Engenheiro Samuel e a todos os que têm estado envolvidos nos trabalhos de intervenção, informando que, neste momento, já tinham sido realizados muitos dos remendos necessários em diversos pontos do Concelho. -----

Salientou que o Executivo pretendia fazer o melhor possível e no mais curto espaço de tempo, mas que são muitas as situações que necessitam de intervenção, pelo que apelou à compreensão dos munícipes, uma vez que se trata de trabalhos demorados e que não podem ser realizados de forma imediata. -----

O Senhor Presidente referiu, ainda, que o Município tem recebido alguns contactos de munícipes relativamente ao estado das estradas e caminhos, situação que compreende, reconhecendo que a existência de um buraco ou de outra deficiência na via, por onde os munícipes passam diariamente, não é agradável. -----

Por fim, informou que a maioria das situações já se encontrava identificada pelos serviços, estando o Município atento às mesmas, e reforçou o pedido de compreensão dos munícipes,



garantindo que, oportunamente, serão realizadas intervenções para solucionar os problemas identificados. -----

Por último, o Senhor Presidente fez uma chamada de atenção relativamente à manutenção de alguns elementos de propaganda eleitoral no espaço público, apelando à compreensão e colaboração das forças políticas. -----

Começou por se referir ao outdoor da CDU, recordando que as eleições autárquicas tinham ocorrido no dia 12 de outubro e que, encontrando-se já no dia 12 de janeiro, o referido outdoor permanecia ainda colocado. Salientou que, estando a decorrer o período de campanha eleitoral para a eleição do Presidente da República, não fazia sentido que aquele suporte permanecesse no local, pelo que apelou à sua retirada com a maior brevidade possível. -----

O Senhor Presidente referiu-se, igualmente, aos pequenos cartazes colocados pelo CHEGA, esclarecendo que a chamada de atenção não colocava em causa a liberdade de propaganda política no âmbito das eleições presidenciais, mas pretendia apenas alertar para a necessidade de assegurar a sua adequada manutenção. Referiu que muitos desses cartazes se encontravam a ser arrancados ou a cair, contribuindo para um aspeto menos cuidado, designadamente nas entradas da vila de Viana do Alentejo. -----

Por fim, apelou também à atenção relativamente à colocação de bandeiras na rotunda de Aguiar, salientando que aquele espaço não pertence a nenhuma força política e solicitando, por esse motivo, que a situação fosse devidamente acautelada. -----

O Senhor Presidente reforçou o apelo anteriormente efetuado, esclarecendo que não pretendia interferir de forma alguma nas campanhas eleitorais, mas apenas solicitar a atenção e a colaboração de todos, de modo a que o período eleitoral decorresse da forma mais cordial possível. -----

De seguida, deu a palavra aos membros do Executivo que pretendessem intervir. -----

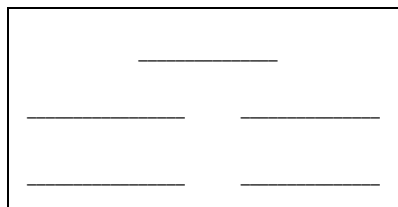
A Senhora Vereadora Rute tomou a palavra e colocou uma questão relacionada com a Rota da Nacional 2, designadamente no que respeita ao percurso que atravessa Alcáçovas, para quem circula no sentido proveniente de Montemor-o-Novo. Referiu que, de acordo com as indicações disponibilizadas pelos sistemas de GPS, a rota é direcionada para a Rua de São Sebastião, não dando continuidade pela estrada proveniente de Montemor-o-Novo, o que obriga os condutores a efetuar um desvio por uma rua de menor acessibilidade e onde se encontram frequentemente vários veículos estacionados, dificultando a circulação. -----

Salientou que esta situação é particularmente problemática no caso de veículos pesados, uma vez que, apesar de existir sinalização proibindo a circulação desses veículos naquela rua, os condutores que desconhecem a localidade acabam por seguir as indicações dos sistemas de navegação. Referiu que já ocorreram várias situações em que os veículos tiveram dificuldades em efetuar a passagem, tendo, no caso mais recente, um veículo pesado provocado danos no muro de uma habitação. -----

Neste sentido, questionou se o Município poderia desenvolver alguma diligência no sentido de alterar as coordenadas ou o percurso indicado pelos sistemas de navegação, considerando que a alteração do trajeto seria um pequeno desvio e permitiria evitar os constrangimentos atualmente causados aos condutores e aos moradores. -----

O Senhor Vice-Presidente tomou a palavra, dirigindo-se à Senhora Vereadora Rute Belga e referiu que considerava estarem em causa duas situações distintas relacionadas com o mesmo problema. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que poderá existir, efetivamente, algum trânsito associado à Rota da Nacional 2, designadamente de turistas que circulam pelo Concelho, considerando,



contudo, que a questão relacionada com a circulação de veículos pesados será uma situação distinta, embora também esteja relacionada com as indicações disponibilizadas pelos sistemas de GPS. -----

Referiu que já existiam, há algum tempo, registos de ocorrências relacionadas com a circulação de veículos pesados naquele local, designadamente situações de danos em beirados e, mais recentemente, no muro de uma habitação. -----

Relativamente à Rota da Nacional 2, explicou que a sinalética existente no Concelho tinha sido implementada antecipadamente pelo Município, em articulação com o trabalho desenvolvido pela respetiva Associação. Salientou que, em outros territórios abrangidos pela Rota da Nacional 2, a sinalética utilizada é de cor castanha, por se tratar de uma interpretação histórica da própria estrada. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que, naquela altura, a sinalética tinha sido interpretada pelo Município como informação de natureza turística, tendo sido colocadas placas de cor azul. Acrescentou que se pretendia proceder à sua substituição e que, nessa oportunidade, poderia ser acrescentada alguma sinalização que contribuísse para evitar a circulação de veículos por aquela rua. -----

Relativamente à circulação de veículos pesados, considerou que a situação seria mais difícil de resolver, podendo eventualmente ser equacionada alguma forma de inibição da circulação de veículos pesados naquele local, uma vez que estes não utilizariam aquele percurso no âmbito da Rota da Nacional 2, mas por outras razões que não propriamente turísticas. Salientou, contudo, que esta questão ficaria registada, podendo ser analisadas conjuntamente as duas situações, designadamente a colocação de nova sinalética e a eventual interdição da circulação de veículos pesados naquele arruamento. -----

Referiu, ainda, que o problema tinha ocorrido algumas vezes, tanto no sentido norte-sul como no sentido sul-norte, uma vez que o sistema de GPS indicava aquele percurso. Esclareceu, contudo, que não se tratava propriamente de uma indicação errada, uma vez que aquele correspondia ao traçado antigo e original da estrada. -----

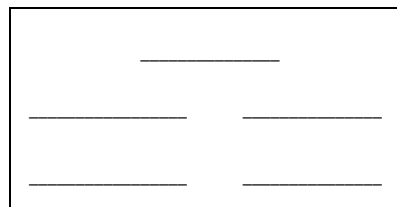
Por fim, o Senhor Vice-Presidente questionou a Senhora Vereadora sobre a existência de sinalização no local que proibisse efetivamente a circulação de veículos pesados -----

A Senhora Vereadora esclareceu que já existia sinalização proibindo a circulação de veículos pesados naquele local, mas que, apesar disso, a mesma não era respeitada, sobretudo por condutores que desconheciam a localidade e que seguiam as indicações fornecidas pelos sistemas de GPS. Informou que dispunha de algumas fotografias relativas à situação, que poderia disponibilizar posteriormente. -----

O Senhor Vice-Presidente considerou que a circulação de veículos pesados naquele local não estaria, à partida, relacionada com a Rota da Nacional 2, tratando-se de uma questão distinta e de resolução mais complexa, que deveria ser devidamente estudada. -----

A Senhora Vereadora reforçou que a sua preocupação se prendia essencialmente com o facto de os sistemas de GPS indicarem aquele percurso a pessoas que desconhecem as estradas locais, levando-as a seguir a rota indicada e, conseqüentemente, a entrar naquela rua. Nesse sentido, questionou se seria possível proceder à alteração das coordenadas ou das indicações constantes dos sistemas de navegação, de forma a evitar este tipo de situações. -----

O Senhor Vice-Presidente reconheceu a pertinência da questão e informou que iria ser analisado o procedimento necessário para eventual alteração das indicações disponibilizadas pelos sistemas de GPS, uma vez que não dispunha, naquele momento, de informação suficiente para responder concretamente à questão. Concluiu, referindo que o assunto seria estudado. -----



Interveio de seguida o Senhor Vereador Luís Duarte que iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Vereadores, os técnicos do Município, o público presente e todos os que acompanhariam a reunião através das redes sociais.-----

Começou por referir-se às questões anteriormente abordadas pelo Senhor Presidente, dando, em primeiro lugar, os parabéns pela realização da prova “Viana-a-par-de-Alvito”, congratulando-se com o facto de a mesma ter decorrido de forma positiva e manifestando a sua satisfação pela evolução da prova e pela adesão dos participantes. -----

De igual modo, felicitou o Galopar & Pedalar Clube pela realização do 11.º Raid BTT em Aguiar, realizado no mesmo dia, recordando que esta questão tinha sido anteriormente objeto de discussão, precisamente pelo facto de as duas iniciativas decorrerem na mesma data. Considerou que o sucesso de ambas as iniciativas demonstrava que a realização de eventos no mesmo dia não tinha impedido uma participação significativa. -----

O Senhor Vereador referiu, ainda, que pretendia aproveitar esta questão para abordar o tema das estradas e caminhos municipais, salientando que, tal como o Senhor Presidente, ele também gostaria que todos os buracos estivessem resolvidos e todos os caminhos municipais se encontrassem em boas condições. -----

Afirmou compreender, contudo, as dificuldades existentes e referiu que, tendo em consideração as condições que conhecia atualmente no Município, não faria qualquer crítica relativamente ao ritmo das intervenções. Salientou que, caso existisse uma equipa contratada especificamente para a realização destes trabalhos e, dispondo o Município dos meios necessários, as intervenções não fossem realizadas, então seria naturalmente crítico dessa situação.-----

Contudo, atendendo aos meios e às condições de que o Município dispõe atualmente, afirmou compreender as dificuldades e considerou que a situação não seria diferente da verificada noutros Concelhos, reconhecendo que esta é uma época particularmente exigente no que respeita às condições das estradas e caminhos municipais.-----

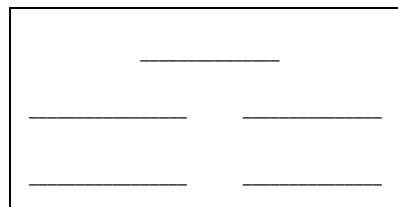
O Senhor Vereador Luís Duarte referiu, ainda, a questão do outdoor da CDU, manifestando o seu lamento pela situação e afirmando que a mesma constituía motivo de constrangimento para os candidatos da CDU. Esclareceu, contudo, que a sua remoção não estava ao alcance dos candidatos locais.-----

Informou que, no dia seguinte às eleições, ou, no máximo, dois dias depois, tinham sido retirados todos os restantes materiais de propaganda, tendo sido igualmente solicitado o levantamento do referido outdoor. Explicou que o mesmo tinha sido colocado por uma empresa contratada pelo partido, e não diretamente pelos candidatos locais, tendo sido efetuados vários contactos no sentido de proceder à sua remoção. -----

Acrescentou que, inicialmente, ainda tinha sido considerada a possibilidade de o outdoor ser utilizado para a campanha das eleições presidenciais, por se encontrar já instalado naquele local, mas tal não veio a acontecer. -----

Referiu, por fim, que, de acordo com a informação de que dispunha, o outdoor não seria retirado antes do final do mês, uma vez que a empresa responsável pela colocação e remoção dos materiais de campanha desenvolvia, a nível nacional, a campanha do PCP e apenas procederia à sua remoção após o término da campanha eleitoral.-----

O Senhor Vereador manifestou a expectativa de que a situação fosse resolvida conforme previsto, reiterando a sua insatisfação pela permanência do outdoor e considerando que a mesma constituía uma situação constrangedora para os eleitos e para todos os que tinham participado na campanha eleitoral.-----



Reforçou que a situação não decorria de qualquer outra intenção e que os eleitos locais tinham, desde o início, procurado que o outdoor fosse retirado, reiterando o pedido de desculpa, em nome dos eleitos e das pessoas envolvidas na campanha, pela sua permanência no local. -----

De seguida, o Senhor Vereador aproveitou para felicitar o Município pelos concertos de Natal realizados, referindo que, de acordo com o que lhe tinha sido transmitido e que tinha podido acompanhar, os mesmos tinham decorrido muito bem, registado uma participação significativa e apresentado qualidade, tendo sido apreciados pelo público. -----

Por fim, desejou que as iniciativas previstas para o dia 13 de janeiro, feriado municipal, decorressem da melhor forma possível, manifestando particular expectativa relativamente ao novo formato adotado para as comemorações. -----

O Senhor Vereador Luís Duarte referiu que não poderia estar presente nas comemorações do feriado municipal, conforme já tinha informado anteriormente. Desejou, contudo, que as comemorações decorressem da melhor forma. -----

De seguida, manifestou a sua opinião relativamente ao Boletim Municipal, considerando que, apesar da sua qualidade e organização, o mesmo se apresentava um pouco extenso. Referiu que esta questão justificava a opção anteriormente equacionada de procurar publicar o Boletim com uma periodicidade bimestral, mas com um menor número de páginas, de forma a tornar a sua leitura mais acessível. -----

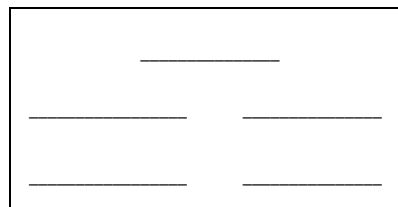
Relatou que tinha tido contacto com várias pessoas que lhe tinham referido, por diversas vezes, que não liam o Boletim Municipal por o considerarem demasiado extenso. Apesar desta apreciação, afirmou não ter dúvidas quanto à qualidade da publicação, considerando que o Boletim se encontrava bem organizado e estruturado, pelo que felicitou o Executivo pelo trabalho realizado. -----

Por fim, abordou a questão do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana, afirmando que lamentava ter de abordar o assunto e questionando aquilo que considerou ser uma insistência do atual Executivo em transmitir a ideia de que teria existido um período de inatividade durante os quatro anos anteriores. -----

Neste âmbito, referiu-se ao projeto do Posto da GNR, salientando que este constitui uma realidade que resulta também do trabalho desenvolvido pelo Executivo anterior e recordando o percurso que o projeto teve durante os quatro anos anteriores. -----

O Senhor Vereador prosseguiu a sua intervenção relativamente ao Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana, salientando que, durante os quatro anos anteriores, tinha sido dado um grande impulso ao projeto, contribuindo para que o mesmo pudesse tornar-se uma realidade. Referiu-se, em particular, à informação constante do Boletim Municipal, na qual o Senhor Presidente mencionava que, em dezembro de 2025, tinha sido elaborado um novo contrato. Neste sentido, questionou se se tratava efetivamente de um novo contrato ou se correspondia ao contrato anteriormente celebrado, que apenas teria sido alterado em virtude da mudança de titular do cargo de Presidente da Câmara Municipal, uma vez que o contrato inicial se encontrava celebrado em nome do anterior Presidente. -----

Caso se tratasse de um novo contrato, questionou quais as cláusulas que tinham sido alteradas ou quais as novas condições introduzidas que teriam determinado a necessidade de celebração de um novo contrato. Ainda relativamente ao Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana, questionou a razão pela qual tinha sido lançado um novo procedimento de contratação pública, considerando que anteriormente já tinha sido realizado um concurso e que a empreitada se encontrava adjudicada. -----



De seguida, abordou a questão da Oficina Domiciliária, referindo que, pela informação de que dispunha, presumia que existissem atualmente cerca de treze pessoas em lista de espera para a realização dos respetivos trabalhos, caso não tivesse, entretanto, entrado nenhum novo pedido. O Senhor Vereador solicitou, ainda, que lhe fosse posteriormente confirmada a situação relativa à Oficina Domiciliária, referindo que não seria necessário prestar o esclarecimento naquele momento, mas que gostaria de acompanhar a evolução da mesma. -----

Questionou, igualmente, qual o nome da empresa à qual tinham sido adjudicados os trabalhos relativos à Quinta da Joana, referindo ter entendido que tinha sido mencionada a intervenção de uma empresa naquele espaço, embora admitisse poder ter interpretado incorretamente a informação. -----

O Senhor Vereador referiu, de seguida, que pretendia tecer algumas considerações relativamente a assuntos abordados na Assembleia Municipal. Aproveitou, ainda, para esclarecer, designadamente junto das pessoas que acompanhavam as reuniões através das redes sociais, que são frequentemente colocadas na Assembleia Municipal questões e abordados assuntos relacionados com o anterior Executivo. -----

Explicou que tal decorre da própria continuidade das situações e dos processos iniciados anteriormente, salientando que, enquanto elemento do anterior Executivo, se encontra presente nas reuniões e que as pessoas que acompanham as mesmas através das redes sociais naturalmente se apercebem dessa circunstância. -----

O Senhor Vereador esclareceu, ainda, que, embora estejam frequentemente em causa assuntos relacionados com o anterior Executivo e com decisões ou processos desenvolvidos durante o mandato anterior, nunca intervém ou responde no decurso das Assembleias Municipais. -----

Considerou importante deixar este esclarecimento para quem acompanha as reuniões através das redes sociais, salientando que os Vereadores da oposição não podem intervir nas Assembleias Municipais, não se tratando de uma regra criada pelo atual Executivo, mas de uma disposição que decorre do respetivo Regimento. -----

Referiu que os Vereadores da oposição apenas podem intervir nas Assembleias Municipais para defesa da honra, sendo necessário, mesmo nessa situação, solicitar autorização ao Presidente da Assembleia Municipal, a quem compete decidir se concede ou não a palavra. -----

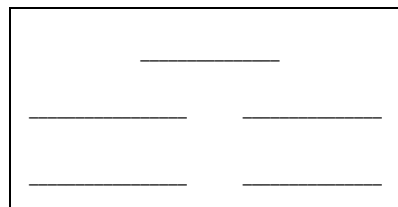
O Senhor Vereador acrescentou que este esclarecimento se destinava, sobretudo, às pessoas que acompanham as reuniões e que, ao ouvirem determinadas questões ou referências ao anterior Executivo, poderiam questionar-se sobre o motivo pelo qual o anterior Presidente da Câmara, estando presente, não respondia às mesmas. -----

Esclareceu que tal se deve ao facto de os Vereadores da oposição estarem impedidos de intervir nas Assembleias Municipais nas condições anteriormente referidas, sendo a reunião de Câmara o espaço próprio para apresentar os seus esclarecimentos e manifestar a sua posição. -----

O Senhor Vereador afirmou que não pretendia, por esse motivo, discutir na reunião de Câmara os pontos concretamente abordados na Assembleia Municipal, mas apenas tecer algumas considerações sobre determinadas questões. -----

O Senhor Vereador prosseguiu, referindo que o atual Executivo tinha tomado posse no ano anterior no dia 24, salientando que existia apenas uma diferença de dezasseis dias relativamente à data em que o atual Senhor Presidente tinha tomado posse no mandato anterior. -----

Neste sentido, considerou importante salientar que o Executivo da CDU, quatro anos antes, também tinha apresentado o orçamento dentro dos prazos legalmente estipulados. Assim, considerou que a referência à apresentação do orçamento pelo atual Executivo em “tempo



recorde” deveria ser relativizada, uma vez que, nesse ano, tinha existido inclusivamente um alargamento dos prazos decorrente da realização das eleições numa data mais tardia. -----
Reconheceu, contudo, que o atual Executivo tinha conseguido apresentar o orçamento e que o processo tinha chegado a bom termo, considerando que esse facto era igualmente importante. Relativamente à Área de Serviço de Autocaravanas (ASA), o Senhor Vereador Luís Duarte referiu-se à afirmação do Senhor Presidente de que o anterior Executivo tinha inaugurado a área de serviços antes de o respetivo regulamento estar elaborado e aprovado. Confirmou que, efetivamente, a área tinha sido inaugurada nessas condições, considerando, contudo, que essa tinha sido uma decisão consciente do Executivo anterior, que entendeu ser importante proceder à sua abertura e disponibilização. -----

O Senhor Vereador acrescentou que o Senhor Presidente saberia melhor do que ninguém que as obras financiadas estão sujeitas a prazos específicos para o encerramento dos respetivos processos, existindo igualmente prazos para a realização das inaugurações. -----

Explicou que, atendendo à qualidade do equipamento instalado na Área de Serviço de Autocaravanas, o Executivo anterior considerou importante assegurar as condições necessárias à sua utilização pelas pessoas que ali se deslocavam, salientando que o espaço tinha registado uma procura significativa. -----

Referiu que o atraso verificado na disponibilização de algumas funcionalidades esteve relacionado, nomeadamente, com a ligação da eletricidade, tendo a E-REDES demorado a proceder à respetiva ligação. Esta situação não impediu, contudo, que os autocaravanistas utilizassem o espaço, embora não tivesse sido possível colocar em funcionamento a cancela e o sistema de controlo de acesso aos utilizadores. -----

O Senhor Vereador referiu-se, ainda, a uma questão colocada na Assembleia Municipal ao Senhor Vereador António Padeirinha, relacionada com a eventual realização de eventos no Parque de Feiras, dando como exemplo a instalação da tenda da Romaria. -----

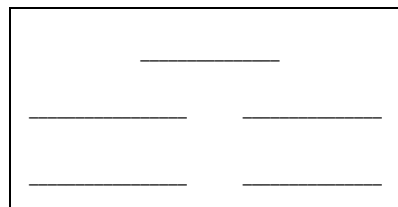
O Senhor Vereador prosseguiu, referindo-se à questão da eventual realização de eventos no Parque de Feiras e à sua compatibilização com a utilização da Área de Serviço de Autocaravanas. Recordou que, segundo o entendimento anteriormente manifestado pelo Senhor Vereador António Padeirinha, a localização da Área de Serviço de Autocaravanas tinha sido uma opção do anterior Executivo e que, consequentemente, os utilizadores teriam de lidar com eventuais constrangimentos decorrentes da realização de eventos nas proximidades. -----

Neste âmbito, questionou como seria equacionada esta questão caso a Área de Serviço de Autocaravanas tivesse sido instalada na Quinta da Joana, conforme previsto no projeto de intenções anteriormente apresentado pelo PS, designadamente durante a realização do “Abana Viana” e de outros eventos que habitualmente decorrem naquele espaço ao longo do ano. -----

Considerou que esses eventos poderiam igualmente causar incómodos aos utilizadores da Área de Serviço de Autocaravanas, à semelhança do que poderia acontecer com a instalação da tenda da Romaria no Parque de Feiras. -----

O Senhor Vereador referiu ter sentido algumas críticas por parte do PS relativamente a esta questão, designadamente quanto aos eventuais incómodos que a realização da Romaria poderia causar aos autocaravanistas. Salientou, contudo, que uma situação semelhante ocorreria caso a Área de Serviço de Autocaravanas estivesse localizada na Quinta da Joana, face à realização de eventos naquele espaço. -----

Concluiu, referindo que, no caso concreto, esta questão não se colocaria, uma vez que, segundo o seu entendimento, o atual Executivo não seria favorável à instalação da tenda da Romaria naquele local e, consequentemente, não estaria prevista a sua realização naquela zona. -----



Relativamente à questão da Zona Industrial de Aguiar, também abordada na Assembleia Municipal, o Senhor Vereador começou por fazer algumas considerações, dirigindo-se ao Senhor Presidente e esclarecendo que as mesmas não pretendiam constituir uma crítica pessoal.-----

Aconselhou o Senhor Presidente a não tentar responder a todas as questões colocadas, considerando que, tendo iniciado funções recentemente, seria natural que ainda não dominasse todos os assuntos e matérias do Município. Recordou que, durante o período em que exerceu funções como Presidente da Câmara Municipal, também por diversas vezes assumiu não ter conhecimento de determinadas matérias, por ainda não estar familiarizado com as mesmas, considerando que não havia qualquer problema em fazê-lo.-----

Neste contexto, referiu, em tom crítico, uma afirmação anteriormente dirigida pelo Senhor Presidente, considerando que este poderia vir a assumir uma postura de querer conhecer e responder a todas as matérias. -----

De seguida, apresentou alguns exemplos concretos, começando pela questão relacionada com o parecer da Infraestruturas de Portugal (IP) relativamente à rotunda de acesso pela Estrada de Évora. Referiu que, na Assembleia Municipal, quando esta questão foi colocada, tinha sido respondido que a intervenção da IP constituiria uma etapa posterior do processo.-----

O Senhor Vereador contestou esta interpretação, salientando que o loteamento não poderia ter sido aprovado sem que a Infraestruturas de Portugal tivesse previamente emitido o respetivo parecer, considerando que essa condição fazia parte do próprio processo de aprovação do loteamento.-----

O Senhor Vereador prosseguiu, esclarecendo que o parecer da Infraestruturas de Portugal (IP) relativamente aos acessos à Zona Industrial de Aguiar já tinha sido solicitado e emitido favoravelmente, pelo que não constituía uma etapa futura do processo, conforme tinha sido referido pelo Senhor Presidente na Assembleia Municipal. Salientou que a consulta à IP e a respetiva aprovação já tinham ocorrido, caso contrário o loteamento da Zona Industrial não poderia ter sido aprovado.-----

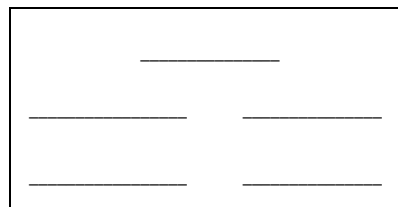
Acrescentou que, numa fase posterior, aquando da concretização da Zona Industrial, teria naturalmente de existir articulação com várias entidades e parceiros relativamente às diferentes intervenções e acessos, mas que a questão do parecer da IP se encontrava já ultrapassada.-----

O Senhor Vereador referiu-se, de seguida, à questão colocada na Assembleia Municipal relativamente à área destinada ao estacionamento de veículos pesados, considerando que, através da análise do projeto, era perfeitamente perceptível a existência de uma única entrada e saída para aquela zona. Recordou que o Senhor Presidente tinha referido a sua formação académica em Arquitetura, observando que, independentemente da formação, a configuração prevista no projeto permitia perceber que se tratava de uma entrada e saída comum.-----

Acrescentou que, caso o projeto tivesse sido analisado com maior atenção, a resposta à questão colocada na Assembleia Municipal teria sido evidente, concluindo que, no seu entendimento, a questão estaria relacionada com o facto de o atual Executivo ainda não ter intenção de avançar, para já, com a concretização daquela obra. -----

Por fim, retomou a questão do eventual alargamento da Zona Industrial de Aguiar, referindo-se à resposta dada pelo Senhor Presidente na Assembleia Municipal, segundo a qual, caso proprietário dos terrenos confinantes pretendesse proceder ao destaque e à venda de terrenos, a questão poderia ser analisada. -----

O Senhor Vereador acrescentou que faltava, contudo, considerar que os destaques de parcelas estão sujeitos a um prazo de dez anos, pelo que considerou que essa possibilidade não constituiria, no imediato, uma solução para o eventual alargamento da Zona Industrial.-----



O Senhor Vereador acrescentou que um eventual alargamento da Zona Industrial de Aguiar apenas poderia ser equacionado caso se verificasse essa necessidade e, nessa altura, fosse legalmente possível, designadamente após o decurso do prazo de dez anos previsto para a realização de novo destaque. -----

Como última nota, informou que a CDU já tinha remetido ao Senhor Presidente uma proposta relativa ao mapa de pessoal, que considerou bastante abrangente, manifestando a disponibilidade para discutir a matéria em reunião de Câmara, de forma transparente e com a participação de todos os membros do Executivo.-----

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Vereador e referiu que iria procurar responder às questões colocadas pela ordem em que tinham sido apresentadas.-----

Relativamente à realização de eventos no mesmo dia, esclareceu que o Executivo não pretendia que diferentes eventos se realizassem em simultâneo, considerando, naturalmente, preferível evitar a sobreposição de iniciativas. -----

O Senhor Presidente esclareceu que a realização de dois eventos no mesmo dia ficou, principalmente, a dever-se a uma circunstância que não estava sob o controlo do Município, relacionada com a realização das eleições presidenciais. Referiu que, caso as eleições presidenciais se realizassem no fim de semana inicialmente previsto, não seria possível realizar, como habitualmente, a prova “Viana- a- par -de -Alvito” nesse mesmo período, uma vez que a mesma costuma decorrer no terceiro fim de semana do mês. -----

Considerou, assim, que se tratou de uma circunstância excecional que determinou a realização simultânea das duas iniciativas, salientando, contudo, que, apesar dessa coincidência, ambas registaram uma participação muito significativa, tendo sido alcançados números elevados de participantes nas duas provas, o que considerou demonstrar o sucesso das iniciativas. -----

Relativamente às intervenções de manutenção das estradas e caminhos municipais, o Senhor Presidente afirmou compreender as considerações anteriormente apresentadas pelo Senhor Vereador e reiterou que o Município estava a procurar responder às situações identificadas com a maior brevidade possível.-----

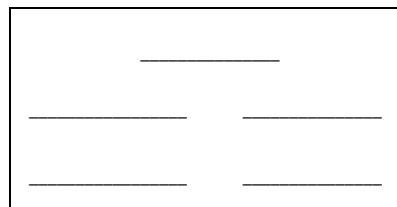
Neste âmbito, destacou o trabalho desenvolvido pelo Engenheiro Samuel e pela equipa municipal responsável pelas intervenções de pavimentação, informalmente designada por “brigada do alcatrão”, agradecendo o trabalho que tem vindo a ser realizado e salientando o esforço desenvolvido no sentido de dar a maior resposta possível às necessidades existentes no Concelho. -----

O Senhor Presidente acrescentou que várias das situações identificadas já tinham sido objeto de intervenção, salientando, contudo, que a manutenção das estradas e caminhos municipais constituía um trabalho contínuo e que dificilmente poderia considerar-se concluído. -----

Relativamente às azinhagas, referiu igualmente que se tratava de um trabalho permanente, acrescentando que o Senhor Vice-Presidente poderia prestar posteriormente alguns esclarecimentos adicionais sobre esta matéria. -----

O Senhor Presidente salientou que o Executivo nunca tinha assumido a pretensão de resolver todas as situações de forma imediata, nem de afirmar que, de um dia para o outro, todos os problemas estariam solucionados. Reconheceu que se trata de uma matéria que exige tempo e intervenção continuada.-----

O Senhor Presidente referiu compreender a questão anteriormente colocada relativamente ao outdoor, não tendo muito mais a acrescentar sobre a matéria, solicitando apenas que não fosse esquecida a situação e que fosse dada continuidade aos contactos com vista à sua resolução.--



Relativamente à apreciação feita pelo Senhor Vereador quanto à extensão do Boletim Municipal, considerou importante salientar que este constitui um veículo informativo destinado à população. Nesse sentido, entendeu que deverá conter o maior volume de informação possível, permitindo que todos os munícipes, independentemente da área de interesse, possam recorrer ao Boletim para se informar sobre a atividade desenvolvida pelo Município. -----

Salientou que a atividade municipal não se limita à atuação individual dos Vereadores ou do Presidente da Câmara, mas corresponde ao conjunto do trabalho desenvolvido pelo Município, considerando importante que essa seja a perspetiva subjacente à publicação. -----

Quanto à organização do Boletim Municipal, considerou que a estrutura adotada constitui uma vantagem, uma vez que a organização da informação por diferentes áreas facilita a consulta e permite aos munícipes identificar mais facilmente os conteúdos que lhes interessam. -----

De seguida, o Senhor Presidente passou a pronunciar-se sobre a questão do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana. -----

O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador, esclarecendo que nunca foi intenção do atual Executivo desvalorizar ou apagar o trabalho desenvolvido pelo Executivo anterior. Referiu que, inclusivamente, o projeto do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana tinha sido iniciado ainda durante o mandato do Executivo liderado pelo anterior Presidente, Bengalinha Pinto, tendo a primeira minuta do protocolo sido aprovada nesse período. -----

Acrescentou que o processo se desenvolveu ao longo dos quatro anos seguintes, considerando que, independentemente do tempo decorrido, o importante era que o projeto se encontrava atualmente numa fase avançada. -----

Informou que, neste momento, o Município se encontrava a aguardar o visto do Tribunal de Contas, constituindo essa a fase em que o processo atualmente se encontrava. -----

Relativamente à referência a um “novo contrato”, esclareceu que a única alteração introduzida relativamente ao contrato anterior tinha sido a necessidade de o mesmo ser novamente assinado pelo atual Presidente da Câmara, em virtude da alteração do titular do cargo. Salientou que não tinha sido introduzida qualquer outra alteração ao conteúdo ou às condições do contrato. -----

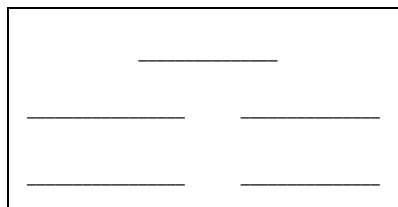
Quanto à questão do lançamento de um novo concurso público, o Senhor Presidente esclareceu que o procedimento referido no Boletim Municipal não dizia respeito à empreitada do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana, mas sim ao concurso público destinado à execução do loteamento e das respetivas infraestruturas. -----

O Senhor Presidente esclareceu que estavam em causa dois procedimentos distintos: por um lado, o processo relativo à construção do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana e por outro, o procedimento relativo ao loteamento e às respetivas infraestruturas do local onde o Posto será construído. -----

Prosseguindo, explicou que o financiamento previsto no contrato celebrado com o Ministério da Administração Interna se destina à construção do Posto Territorial da GNR. Contudo, no local destinado à sua implantação ainda não se encontram executadas as infraestruturas necessárias à constituição do respetivo loteamento. -----

Nesse sentido, esclareceu que, nesta fase, é necessário proceder à execução do loteamento das respetivas infraestruturas, de forma a criar as condições necessárias à posterior construção do Posto Territorial da GNR. -----

O Senhor Presidente esclareceu que será necessário lançar um novo concurso público, estimando-se que o valor da empreitada para a execução das infraestruturas do loteamento seja de cerca de 300.000 euros. Sublinhou que este novo procedimento não diz respeito à construção



do Posto Territorial da GNR, mas exclusivamente às infraestruturas do loteamento onde o mesmo será construído. -----

Explicou que, desta forma, irão decorrer duas empreitadas em paralelo: uma, já adjudicada, destinada à construção do Posto Territorial da GNR, e outra, a lançar oportunamente pelo Município, destinada à execução das infraestruturas do loteamento. Referiu que será desencadeado este segundo procedimento num futuro próximo, permitindo que as duas empreitadas possam decorrer em simultâneo. -----

O Senhor Presidente salientou que o valor estimado de cerca de 300.000 euros para as infraestruturas do loteamento constitui um encargo exclusivamente suportado pelo orçamento municipal, não dispondo de financiamento externo. -----

Por fim, esclareceu que, quando se referiu a esta intervenção como uma condicionante ao orçamento municipal para 2026, não pretendia fazer qualquer crítica ou utilizar a questão como justificação para a realização ou não realização de investimentos. Tratava-se apenas de uma constatação de que existem investimentos e compromissos que transitam para o atual Executivo e que têm de ser considerados no orçamento de 2026, não podendo esses encargos deixar de ser refletidos na respetiva programação orçamental. -----

No que respeita à Oficina Domiciliária, informou que o Município poderá passar a acompanhar e atualizar regularmente o número de pessoas que se encontram em lista de espera, de forma a que essa informação esteja disponível e possa ser facultada sempre que seja solicitada. -----

Relativamente à Quinta da Joana, esclareceu que o Município iria efetuar um convite a três entidades, com vista à realização dos trabalhos previstos. Acrescentou que, caso fosse necessário, os nomes das empresas poderiam posteriormente ser facultados aos membros do Executivo, salvaguardando-se, naturalmente, as questões relacionadas com a proteção de dados. -----

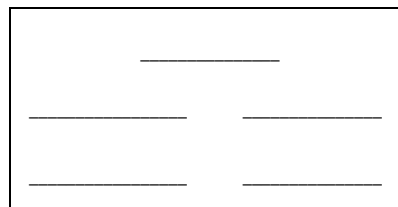
Quanto às questões suscitadas relativamente à participação dos Vereadores nas Assembleias Municipais, o Senhor Presidente confirmou o entendimento anteriormente expresso pelo Senhor Vereador, esclarecendo que os Vereadores não podem pedir a palavra no decurso das Assembleias Municipais, cabendo essa possibilidade aos Deputados Municipais e, por inerência, aos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

O Senhor Presidente esclareceu que nunca tinha afirmado que o Executivo anterior tinha elaborado o orçamento de forma mais rápida ou mais lenta do que o atual Executivo. Explicou que a referência anteriormente efetuada se prendia com o facto de, no presente ano, a realização das eleições autárquicas ter ocorrido mais tarde, o que naturalmente reduziu o período disponível para a preparação do orçamento. -----

Salientou, ainda, que, quando se referiu a um trabalho realizado “em tempo recorde”, não estava a reportar-se especificamente ao trabalho do Executivo, mas sobretudo ao trabalho desenvolvido pelos técnicos municipais, cuja dedicação considerou extraordinária para que fosse possível preparar a proposta de orçamento dentro dos prazos previstos. -----

Acrescentou que o esforço desenvolvido pelos serviços não se limitou à preparação e apresentação da proposta de orçamento, destacando, em particular, o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição. Explicou que este procedimento implicou o envio prévio aos partidos do respetivo projeto (*draft*) da proposta, o que, segundo afirmou, não acontecia há vários anos. -----

Referiu que o referido *draft* tinha sido enviado no por volta do dia 1 de dezembro, considerando que este facto constituiu o principal exemplo do trabalho desenvolvido pelos técnicos municipais em tempo particularmente reduzido. -----



Relativamente à Área de Serviço de Autocaravanas (ASA), o Senhor Presidente esclareceu que uma questão é o cumprimento das regras e dos prazos associados à execução da obra e à utilização dos fundos de financiamento, e outra distinta é a realização de uma inauguração ou apresentação do equipamento à população.-----

Referiu que a decisão de proceder à abertura do equipamento nas condições então existentes tinha sido uma opção do anterior Executivo. Considerou, contudo, que não estavam reunidas todas as condições necessárias para a sua utilização, uma vez que o respetivo regulamento ainda não se encontrava elaborado e aprovado.-----

Salientou que a inexistência de um regulamento poderia colocar o Município numa situação particularmente delicada caso ocorresse alguma situação menos favorável ou algum incidente relacionado com a utilização daquele espaço, considerando que essa questão deveria ter sido acautelada pelo anterior Executivo.-----

O Senhor Presidente destacou, contudo, que a situação se encontrava atualmente salvaguardada, uma vez que o regulamento da Área de Serviço de Autocaravanas já tinha sido publicado em Diário da República. Considerou que esta evolução permitia assegurar que os utilizadores do espaço dispõem atualmente das condições regulamentares necessárias à sua utilização.-----

Relativamente à localização da Área de Serviço de Autocaravanas, o Senhor Presidente esclareceu que não tinha sido o atual Executivo a levantar a questão de eventuais constrangimentos relacionados com o ruído decorrente da realização de eventos naquele espaço.-----

Explicou que, na Assembleia Municipal, se limitou a responder a uma questão que tinha sido colocada por Deputados Municipais, designadamente do partido chega, relativamente à eventual realização de eventos nas proximidades da Área de Serviço de Autocaravanas.-----

Acrescentou que, no seu entendimento, caso a Área de Serviço de Autocaravanas estivesse localizada na Quinta da Joana, os seus utilizadores poderiam inclusivamente beneficiar da realização de alguns dos eventos que ali decorrem.-----

Referiu, ainda, que os utilizadores seriam naturalmente informados sobre as atividades e eventos existentes no local, permitindo-lhes decidir se pretendiam permanecer ou deslocar-se para outra área de serviço de autocaravanas.-----

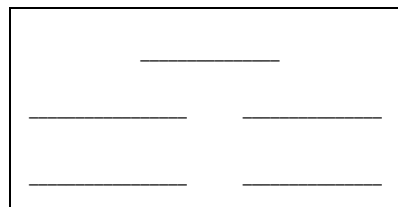
Por fim, mencionou, a título pessoal, que também é utilizador de autocaravana e que, quando se desloca a outros locais, procura previamente informar-se sobre as atividades existentes, considerando que essa é uma prática normal para quem utiliza.-----

Reiterou, contudo, que a questão relativa aos eventuais constrangimentos decorrentes da realização de eventos não tinha sido levantada pelo atual Executivo, mas tinha resultado de uma questão colocada por Deputados Municipais do partido chega, à qual o Executivo se limitou a responder.-----

De seguida, dirigindo-se ao Senhor Vereador, o Senhor Presidente referiu que considerava existir uma diferença relativamente à preparação do atual Executivo para responder às questões colocadas.-----

Nesse sentido, sugeriu que fosse feito um exercício de comparação entre as primeiras reuniões de Câmara do atual mandato e as do anterior Executivo, até ao momento, considerando que seria evidente que o atual Executivo em regime de permanência estava mais bem preparado para responder às questões que lhe eram colocadas.-----

Esclareceu, contudo, que tal não significava que tivesse conhecimento de todas as matérias ou que conseguisse responder a todas as questões. Recordou, inclusivamente, que já tinha sido



colocada em reunião uma questão relativamente à qual não sabia, naquele momento, qual seria a resposta, por não ter tido anteriormente essa experiência. -----

Deu como exemplo a questão relacionada com a eventual não aprovação do mapa de pessoal e as consequências que daí poderiam resultar relativamente à verba prevista para os encargos com o pessoal, reconhecendo que não tinha conhecimento suficiente para responder de imediato à matéria. -----

O Senhor Presidente recordou que, relativamente à questão anteriormente mencionada, não tinha conseguido dar uma resposta imediata, tendo posteriormente tentado esclarecer a matéria na Assembleia Municipal. -----

Reiterou que nunca teria a pretensão de conhecer ou dominar todas as matérias, afirmando que estaria longe de se considerar um “tudólogo”. Considerou, contudo, que o atual Executivo procurava estar mais bem preparado e organizar-se de forma a responder, tanto quanto possível, às questões colocadas pelos Vereadores da oposição. -----

Salientou que o trabalho da oposição também contribui para a identificação de questões relevantes e que compete ao Executivo estar preparado para lhes dar resposta. Reconheceu, porém, que poderão surgir questões às quais não seja possível responder de imediato, comprometendo-se, nesses casos, a procurar obter os necessários esclarecimentos e a prestar a respetiva resposta numa reunião posterior. -----

O Senhor Presidente referiu que, até ao momento, não tinha ocorrido nenhuma situação em que não tivesse sido possível prestar uma resposta imediata, esperando que assim continuasse, embora reconhecesse que tal poderia eventualmente acontecer. -----

Relativamente ao parecer da Infraestruturas de Portugal (IP), esclareceu que a questão tinha sido colocada por um Deputado Municipal e que a resposta dada na Assembleia Municipal se referia à eventual necessidade de recorrer à IP caso surgisse algum problema relacionado com os acessos ao futuro equipamento, tendo em consideração a proximidade da intervenção à Estrada Nacional. -----

Esclareceu que não tinha afirmado que seria necessário solicitar um novo parecer da IP relativamente ao projeto de loteamento, mas apenas que, caso surgisse alguma questão relacionada com a entrada e circulação de veículos junto à Estrada Nacional, seria necessário recorrer à entidade responsável pela respetiva infraestrutura rodoviária. -----

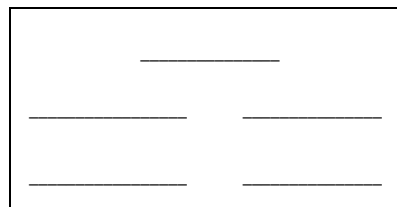
O Senhor Presidente reiterou que, relativamente ao projeto da Zona Industrial, naturalmente tinha conhecimento do mesmo e que o Executivo pretendia avançar com a sua concretização de forma faseada, conforme anteriormente referido. -----

Acrescentou, contudo, que a análise e execução de um projeto desta natureza envolvem diferentes fases e matérias, não sendo possível ao Presidente da Câmara dominar, de imediato, todos os aspetos técnicos associados ao mesmo. -----

O Senhor Presidente reforçou que a execução do projeto da Zona Industrial seria realizada de forma faseada, conforme anteriormente referido, esclarecendo, contudo, que não se considerava suficientemente habilitado, do ponto de vista técnico, para analisar um desenho ou projeto e afirmar, com certeza, que a entrada e saída dos veículos pesados se encontrava totalmente salvaguardada. -----

Salientou que, na sua apreciação geral, considerava que o projeto estava bem concebido e que, aparentemente, funcionaria adequadamente, ressalvando, contudo, que essa era uma apreciação pessoal e não uma avaliação técnica. -----

Explicou que as questões colocadas pelo Deputado Municipal na Assembleia Municipal tinham uma natureza eminentemente técnica e que, por não possuir formação ou conhecimentos



técnicos suficientes para se pronunciar com certeza sobre esses aspetos, não poderia afirmar categoricamente se os veículos pesados conseguiriam efetuar as manobras de entrada e saída previstas no projeto.-----

Acrescentou que esta circunstância não significava que tivesse qualquer dúvida quanto à qualidade geral do projeto, mas apenas que determinadas questões técnicas deveriam ser avaliadas por quem possuísse os conhecimentos especializados necessários. -----

O Senhor Presidente considerou que a questão relacionada com a entrada e saída de veículos pesados constituía uma matéria essencialmente técnica, pelo que poderia ser solicitado o parecer de alguém com conhecimentos específicos na área, designadamente um profissional que exercesse atualmente arquitetura, de forma a esclarecer a questão. -----

Acrescentou que considerava que a questão colocada na Assembleia Municipal tinha assumido, em parte, um carácter provocatório relativamente à ideia de que o Presidente da Câmara deveria dominar todas as matérias, reiterando que não se identificava com essa postura. -----

Relativamente à questão dos destaques e ao prazo de dez anos, o Senhor Presidente salientou que, caso o Município consiga avançar com todas as empreitadas e projetos que tem atualmente previstos, poderá não dispor de capacidade técnica e de recursos humanos suficientes para acompanhar, em simultâneo, um conjunto tão alargado de intervenções. -----

Esclareceu que esta limitação não se prende exclusivamente com a dimensão do mapa de pessoal do Município, mas sobretudo com a capacidade técnica disponível para acompanhar e executar, em simultâneo, um número elevado de empreitadas e projetos. -----

Concluiu que a existência de várias empreitadas a decorrer simultaneamente exige uma capacidade técnica significativa e que, nesse contexto, é necessário gerir os recursos disponíveis de forma a garantir o adequado acompanhamento de cada intervenção. -----

O Senhor Presidente salientou que o Município deveria iniciar os diferentes projetos de forma faseada, evitando concentrar todas as intervenções em simultâneo, tendo em consideração a capacidade técnica e financeira disponível. -----

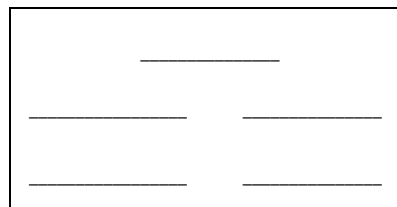
Relativamente à Zona Industrial de Aguiar, referiu que existia uma possibilidade de financiamento que poderia ser aplicada ao projeto, embora considerasse que essa fonte de financiamento não seria suficiente para suportar o valor global estimado, que rondaria os dois milhões de euros.-----

Neste sentido, defendeu que a concretização da Zona Industrial deveria ser realizada por fases, considerando que seria desejável que, durante o atual mandato, fosse possível iniciar uma primeira fase da obra. Manifestou a convicção de que a concretização dessa primeira fase constituiria um resultado positivo para todos.-----

Considerou, contudo, pouco provável que fosse possível afetar, durante o presente mandato, cerca de dois milhões de euros à concretização integral da Zona Industrial de Aguiar, salientando a necessidade de adequar os investimentos à capacidade financeira e técnica do Município.----

Por fim, retomando a questão do prazo de dez anos para a realização de novo destaque, afirmou que gostaria que, dentro desse período, a Zona Industrial estivesse totalmente concretizada e os respetivos lotes ocupados, de forma a que, quando fosse legalmente possível proceder a um novo destaque, existisse efetivamente essa necessidade em virtude da procura e do preenchimento da zona industrial.-----

O Senhor Presidente acrescentou que não considerava a questão dos destaques um problema no imediato, entendendo que se tratava de uma matéria que deverá ser equacionada oportunamente e que pertence ao futuro. -----



Relativamente ao mapa de pessoal, informou que o assunto seria apresentado e discutido numa próxima reunião de Câmara. Explicou que o Executivo tinha optado por não prolongar excessivamente a presente reunião, tendo em consideração o período de eleições para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que decorreria durante a tarde daquele dia.-----

O Senhor Presidente referiu, ainda, que a proposta apresentada pela CDU relativamente ao mapa de pessoal não tinha sido remetida dentro do prazo que tinha sido previamente acordado. Esclareceu que tinha ficado estabelecido que as propostas seriam enviadas até ao dia 31 de dezembro, tendo a proposta da CDU sido remetida apenas no dia 5 de janeiro.-----

Considerou que este atraso também tinha condicionado o trabalho do Executivo, embora tenha reiterado que a matéria seria levada a uma próxima reunião de Câmara para discussão, permitindo que todos os membros do Executivo pudessem analisar devidamente a proposta apresentada.-----

O Senhor Presidente esclareceu que, na próxima reunião de Câmara, seria apresentada uma proposta relativa ao mapa de pessoal para discussão.-----

De seguida, deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente, que informou que pretendia apenas complementar alguns dos esclarecimentos prestados, referindo que seria breve, tendo em consideração que o Senhor Vereador Rui Cardoso pretendia também intervir.-----

Relativamente à Quinta da Joana, o Senhor Vice-Presidente esclareceu uma possível confusão quanto à referência constante do Boletim Municipal à empresa contratada. Explicou que a empresa mencionada na página 12 seria a entidade responsável pela conclusão da requalificação do parque infantil e não a empresa que será posteriormente contratada para realizar trabalhos de manutenção naquele espaço.-----

Procedeu à leitura do excerto do Boletim Municipal, no qual se refere que o Município tinha procedido recentemente à manutenção dos espaços verdes da Quinta da Joana, designadamente através do corte de relva e da poda das árvores, prevendo-se que, logo que as condições climáticas o permitissem, a empresa contratada concluísse a requalificação do parque infantil, de modo a permitir novamente a sua utilização.-----

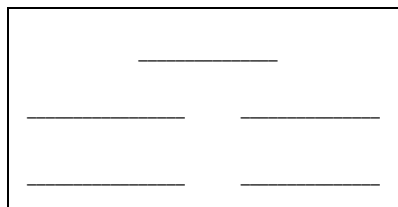
O Senhor Vice-Presidente esclareceu, assim, que a referência à empresa contratada dizia respeito à entidade responsável pelos trabalhos nos parques infantis.-----

Informou, ainda, que os trabalhos de requalificação do parque infantil do Altinho já se encontravam concluídos, prevendo-se que os restantes trabalhos, designadamente na Quinta da Joana e no Centro Escolar, onde também estavam previstas algumas intervenções, fossem concluídos em breve.-----

O Senhor Vice-Presidente acrescentou que, relativamente à realização de eventos nas proximidades da Área de Serviço de Autocaravanas, os utilizadores, desde que devidamente informados com antecedência, poderão optar por usufruir dos eventos ou, caso o ruído os incomode ou prefiram um ambiente mais reservado, poderão deslocar-se para outro local.-----

No que respeita à Oficina Domiciliária, informou que tinham sido realizadas cerca de seis intervenções relativamente às situações que se encontravam pendentes. Esclareceu que, após a realização das intervenções, é necessário proceder às respetivas visitas técnicas, uma vez que estas constituem uma etapa importante para comprovar efetivamente a conclusão dos trabalhos.-----

Referiu que a técnica responsável pelo acompanhamento da Oficina Domiciliária não se encontrava atualmente ao serviço, situação que condicionava a realização dessas visitas técnicas. Acrescentou que esta questão se relacionava também com as limitações existentes ao



nível dos recursos humanos, sendo necessário reforçar a área social do Município, uma vez que a concentração de determinados projetos numa única técnica não constituía uma situação desejável nem sustentável. -----

Informou que, desde a entrada do atual Executivo, tinham sido realizadas cerca de cinco a seis das intervenções que se encontravam pendentes, permanecendo por concluir as respetivas visitas técnicas.-----

Relativamente ao Boletim Municipal, explicou que o facto de a presente edição ter mais páginas do que a última versão resultava de uma opção do Executivo no sentido de adotar uma abordagem mais transversal, procurando, de acordo com as atribuições do Município, retratar a generalidade da atividade municipal e não apenas os projetos de maior dimensão ou aqueles que possam suscitar maior interesse junto dos leitores. -----

Acrescentou que existia ainda uma outra questão relacionada com a anterior publicação da “Revista da Saúde”. Explicou que o Executivo tinha auscultado os serviços e as pessoas ligadas àquela área e que, na sequência dessa auscultação, tinha optado por integrar no Boletim Municipal os artigos e a informação relativa à área da saúde.-----

Salientou que, nesta edição, a saúde tinha um destaque considerável e que essa área continuaria a ser contemplada em futuras edições, permitindo que a atividade municipal desenvolvida neste âmbito ficasse igualmente retratada no Boletim Municipal. -----

Referiu, por fim, que esta opção permitia também uma maior economia de recursos, designadamente ao nível da paginação e produção das publicações, recordando que o anterior Executivo tinha uma publicação específica na área da saúde com um custo de cerca de 800 euros mensais.-----

O Senhor Vice-Presidente acrescentou que, caso fosse necessário recorrer a apoio técnico específico na área da saúde, os custos poderiam ser reduzidos pelo facto de existir uma única publicação e uma única distribuição. Salientou, assim, que a opção por concentrar a informação numa única publicação permitiria igualmente diminuir alguns custos associados à produção e distribuição.-----

Informou, ainda, que o Boletim Municipal passaria a ter uma periodicidade trimestral, com quatro edições por ano, à semelhança do que acontecia anteriormente. -----

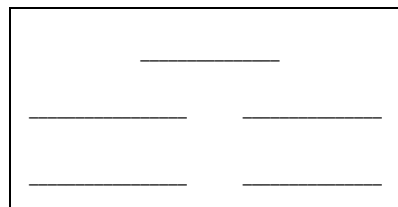
Relativamente à situação das estradas e caminhos municipais, o Senhor Vice-Presidente referiu que já tinha abordado esta matéria numa reunião anterior e considerou que não valeria a pena prolongar a discussão através da troca de argumentos entre os diferentes membros do Executivo.-----

Salientou que as estradas municipais atualmente existentes são aquelas que foram herdadas pelo atual Executivo e que o desafio assumido pelo próprio, pelo Senhor Presidente e pelos trabalhadores do Município consiste em deixá-las em melhores condições do que aquelas em que foram encontradas. -----

Reconheceu, contudo, que existem dificuldades em dar resposta imediata a todas as necessidades, designadamente às situações que exigem pequenas intervenções e remendos. --

Considerou que, para além dessas intervenções pontuais, a principal preocupação deverá centrar-se numa ação mais estruturada e consolidada de intervenção na rede viária municipal.

Referiu, neste âmbito, que, segundo informação recebida, não existiria atualmente, por parte da Administração Central, um interesse significativo em voltar a assumir a tutela de algumas das vias que passaram para a responsabilidade dos municípios, pelo que será necessário continuar a gerir e manter essas infraestruturas com os recursos disponíveis. -----



Quanto às azinhagas, considerou que a situação poderá ser mais facilmente resolvida após a intervenção prevista nas valas, permitindo posteriormente assegurar uma manutenção das azinhagas de forma mais eficaz e duradoura. -----

Reiterou, contudo, que o Município continua a enfrentar dificuldades em responder rapidamente a todas as intervenções necessárias, reconhecendo que se trata de um trabalho complexo. -----

Por fim, o Senhor Vice-Presidente manifestou satisfação pelo otimismo demonstrado relativamente à possibilidade de desenvolvimento da Zona Industrial de Aguiar, considerando que, caso seja necessário proceder brevemente a um novo destaque para aquisição de mais terrenos, tal significará que a procura pelos lotes existentes terá sido elevada nos primeiros anos. -----

Salientou, contudo, que, numa primeira fase, será necessário avançar com a concretização da atual Zona Industrial e, posteriormente, avaliar a evolução da procura e a eventual necessidade de disponibilizar mais terrenos.-----

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente e, dirigindo-se ao Senhor Vereador Rui Cardoso solicitou que tentasse ser breve, tendo em consideração a hora já avançada.-----

O Senhor Vereador manifestou a sua compreensão, mas salientou que tinha vários assuntos para abordar e que não deveria ser prejudicado pelo facto de ter ficado para o final das intervenções. Considerou que deveria tentar assegurar-se uma distribuição equitativa dos tempos de intervenção, acrescentando, contudo, que faria um esforço para ser o mais sintético possível.-----

Começou por referir que, inicialmente, pretendia abordar apenas um tema, mas que, entretanto, tinham surgido outras questões que procuraria igualmente abordar.-----

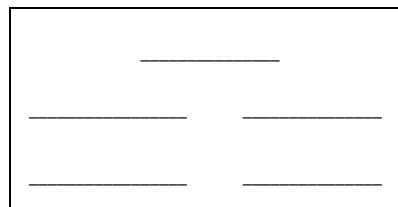
Relativamente à corrida “Viana a par de Alvito”, felicitou a organização e deu os parabéns pela forma como a iniciativa tinha decorrido. Destacou o aumento do número de participantes, salientando que, apesar de a prova ter coincidido com outra atividade realizada no Concelho, conseguiu mobilizar não só a população local, mas também participantes provenientes de outros locais, o que considerou particularmente positivo. -----

O Senhor Vereador acrescentou que a prova “Viana a par de Alvito” constituía uma iniciativa desenvolvida em articulação com outro Concelho, permitindo dinamizar diversas dimensões, designadamente a natureza e o património. -----

Considerou que seria importante, nas próximas edições, procurar articular e potenciar estas diferentes dimensões, proporcionando uma perspetiva mais global e integrada da iniciativa. Sublinhou que este deveria ser um desafio permanente, no sentido de melhorar e valorizar cada edição da prova. -----

Relativamente às comemorações do aniversário do Concelho, o Senhor Vereador antecipou os seus parabéns por mais um aniversário, informando que não poderia estar presente nas cerimónias, uma vez que teria, no dia seguinte, duas audições, pelas 15h00, em Lisboa, no âmbito do processo de especialidade de algumas iniciativas legislativas relacionadas com o ensino superior.-----

Referiu, contudo, que, segundo informação entretanto obtida, estaria presente em Viana do Alentejo o Deputado eleito pelo círculo eleitoral de Évora, Jorge Galveias, que faria questão de se deslocar ao Concelho a título pessoal. Manifestou a sua satisfação por saber que o Deputado faria esse esforço de estar presente, apesar da sua própria impossibilidade de comparecer. ----



Relativamente aos pendões colocados no âmbito da campanha para as eleições presidenciais, o Senhor Vereador referiu que, no caso da CDU, tinha sido realizado um esforço significativo para assegurar a presença e visibilidade da campanha.-----

Esclareceu que esse trabalho não era determinado pelo Comité Central, mas resultava, sobretudo, da colaboração voluntária dos militantes e apoiantes, que disponibilizavam o seu tempo e trabalho para contribuir para a realização da campanha e para garantir a sua presença no território.-----

O Senhor Vereador Rui Cardoso acrescentou que seriam ainda colocados mais pendões nos próximos dias e semanas, caso se realizasse uma segunda volta das eleições presidenciais, conforme esperava.-----

Relativamente aos pendões que se encontravam atualmente colocados no Concelho, referiu que alguns tinham aparecido caídos, salientando, contudo, que deveria ser questionado se os mesmos tinham caído em consequência das condições atmosféricas ou se teriam sido deliberadamente retirados.-----

Explicou que, logo nos primeiros dias após a sua colocação, tinha verificado pessoalmente algumas situações em que as braçadeiras permaneciam presas aos postes, enquanto os respetivos pendões se encontravam no chão. Considerou que as condições meteorológicas, por si só, dificilmente poderiam explicar uma situação dessa natureza, uma vez que os pendões tinham sido devidamente colocados e fixados.-----

Acrescentou que, em alguns casos, os pendões se encontravam colocados a uma altura relativamente baixa e aparentavam ter sido puxados, tendo ficado partes dos mesmos ainda presas aos postes. Considerou, por isso, que algumas das situações verificadas poderiam ter resultado de intervenção humana, lamentando que nada pudesse fazer relativamente a esse tipo de comportamento. -----

O Senhor Vereador acrescentou que, relativamente aos pendões que se encontravam no chão, tinha identificado, ainda naquele dia, pelo menos dois ou três e que, antes de regressar a Lisboa, iria proceder pessoalmente à sua recolha, garantindo que seriam posteriormente substituídos e novamente colocados nos respetivos locais. -----

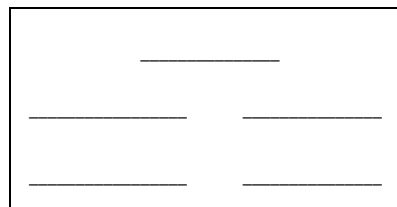
Esclareceu, ainda, que existia uma diferença entre os pendões e os *outdoors* utilizados na campanha, sendo estes últimos de maior dimensão. Referiu que O Partido CHEGA tinha um *outdoor* de maiores dimensões em Aguiar e dois de menor dimensão nas Alcáçovas.-----

Informou, por fim, que um dos *outdoors* colocado nas Alcáçovas já tinha sido vandalizado pela segunda vez. -----

O Senhor Vereador esclareceu que o *outdoor* colocado nas Alcáçovas tinha sido vandalizado por duas vezes. Na primeira ocasião, a imagem do candidato tinha sido grafitada e, numa segunda situação, o *outdoor* tinha sido alvo de uma navalhada, tendo ficado rasgado.-----

Explicou que estes *outdoors* tinham carácter permanente, pelo que permaneceriam instalados, sendo as respetivas mensagens alteradas ao longo dos meses, com uma periodicidade a definir. Concluída esta questão, o Senhor Vereador referiu que o único assunto que tinha previsto abordar inicialmente dizia respeito à recolha de resíduos e à higiene urbana.-----

Introduziu o tema fazendo uma alusão à expressão “o elefante na sala”, afirmando, de forma metafórica, que, no caso do Município, parecia existir “uma debulhadora na sala”. Referiu que, na reunião anterior, tinha recebido diversas mensagens de pessoas que lhe pediam que abordasse a questão da debulhadora e procurasse obter esclarecimentos sobre a mesma, mas que, uma vez mais, sendo o último a intervir, verificava que nenhum dos restantes membros do Executivo tinha abordado o assunto.-----



O Senhor Vereador acrescentou que, ao longo de toda a semana, tinha recebido diversas mensagens de munícipes com dúvidas e questões relativamente à recolha de resíduos e à higiene urbana, referindo que esse era, aliás, o único assunto que tinha inicialmente previsto abordar na reunião, tendo em consideração o pedido do Senhor Presidente para que a reunião não se prolongasse excessivamente. -----

Manifestou a sua surpresa pelo facto de uma vez mais, nenhum dos restantes membros do Executivo ter abordado a questão, apesar de esta constituir uma preocupação manifestada por vários munícipes. -----

Referiu, ainda, ter conhecimento de que o Senhor Presidente tinha solicitado a preparação e distribuição de *flyers* informativos sobre a recolha de resíduos, os quais seriam distribuídos à população nos dias seguintes, considerando positiva essa iniciativa enquanto forma de esclarecer e sensibilizar os munícipes. -----

Concluiu, contudo, que, pela relevância e pelas dúvidas que a matéria continua a suscitar junto da população, a questão não deveria permanecer sem esclarecimento ou ser remetida para segundo plano, devendo ser devidamente abordada em reunião. -----

O Senhor Vereador dividiu a sua intervenção relativamente à recolha de resíduos e à higiene urbana em três pontos. -----

Em primeiro lugar, salientou a importância desta matéria do ponto de vista da higiene, da salubridade e, igualmente, da imagem e do aspeto das ruas do Concelho. -----

Considerou que, manifestamente, a recolha de resíduos não estava a decorrer de forma satisfatória, referindo que, em vários locais, os ecopontos e contentores se encontravam sobrelotados, chegando a ser necessário colocar sacos de resíduos no exterior dos próprios pontos de recolha. -----

Neste contexto, questionou quais seriam as razões para a situação verificada, designadamente se a insuficiência de meios afetos à recolha de resíduos poderia estar na origem do problema. -----

Questionou, igualmente, se a acumulação de resíduos poderia resultar de uma inadequada articulação entre os dias e os circuitos de recolha e as necessidades efetivas do Concelho, ou se os próprios circuitos de recolha não estariam a responder de forma eficiente ao volume de resíduos produzido. -----

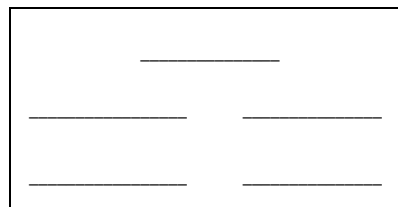
Considerou, assim, importante perceber as causas que tinham conduzido à situação, uma vez que a mesma tinha atingido uma dimensão que tornou necessária a adoção de medidas corretivas. -----

Concluiu este primeiro ponto salientando que existia efetivamente um problema na recolha de resíduos e que seria necessário encontrar uma solução, entendimento que considerou dever ser comum a todos os membros do Executivo. -----

O Senhor Vereador esclareceu que a posição do Chega relativamente a esta matéria se pautava por uma solução que considerava moderada, defendendo a adoção de um modelo misto de recolha de resíduos. -----

Explicou que este modelo deveria privilegiar a recolha porta a porta, sem, contudo, eliminar os espaços físicos atualmente existentes para a deposição de resíduos. -----

Considerou que esta solução permitiria conferir aos munícipes maior liberdade e responsabilidade na escolha da forma de deposição dos seus resíduos, tendo em consideração fatores como a quantidade de resíduos produzidos, as condições existentes e o local onde residem. -----



Concluiu que seria este o modelo que o Chega privilegiaria, por considerar que conjugaria a recolha porta a porta com a manutenção de pontos físicos de deposição de resíduos, permitindo uma maior flexibilidade na gestão dos resíduos por parte dos munícipes. -----

O Senhor Vereador acrescentou que, relativamente ao modelo de recolha previsto, subsistiam algumas dúvidas. Referiu que ainda não tinha tido oportunidade de consultar o *flyer* que iria ser distribuído à população e, por esse motivo, não sabia se o mesmo responderia a algumas das questões que pretendia colocar. -----

Considerou, contudo, que, estando a matéria a ser discutida em reunião de Câmara, seria oportuno apresentar essas dúvidas, esclarecendo que não se tratavam necessariamente de questões pessoais, mas também de preocupações e questões que lhe tinham sido transmitidas por munícipes. -----

Nesse sentido, informou que iria colocar quatro questões concretas, relacionadas com situações que poderiam constituir problemas na aplicação do modelo de recolha, procurando contribuir para a reflexão sobre a forma de as prevenir ou solucionar. -----

O Senhor Vereador apresentou, de seguida, duas das situações que considerava deverem ser acauteladas no âmbito do novo modelo de recolha de resíduos. -----

Em primeiro lugar, referiu-se às zonas próximas de estabelecimentos de restauração, onde a produção diária de resíduos pode ser particularmente elevada, designadamente vidro, plástico e outros tipos de resíduos. Considerou que, nestes locais, uma recolha efetuada apenas em determinados dias da semana poderá não ser suficiente para responder às necessidades existentes, não sendo igualmente desejável que os resíduos se acumulem junto à porta dos estabelecimentos. -----

Salientou que a acumulação de resíduos junto a um restaurante poderia transmitir uma imagem negativa de insalubridade e falta de higiene, com impacto na imagem do próprio estabelecimento e do espaço público envolvente. Nesse sentido, considerou necessário definir uma solução específica para os locais onde se verifica uma produção de resíduos significativamente superior à média. -----

Em segundo lugar, abordou a situação das habitações de segunda residência, salientando que existem munícipes que apenas permanecem no Concelho durante os fins de semana, períodos de férias ou em ocasiões pontuais para visitar familiares. -----

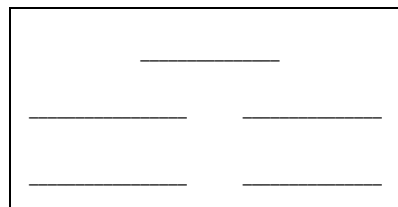
Questionou, neste contexto, de que forma seria assegurada a recolha de resíduos dessas habitações, uma vez que não seria adequado que os contentores permanecessem no exterior durante vários dias, sujeitos às condições meteorológicas, designadamente chuva, vento ou temperaturas elevadas. -----

Considerou, assim, importante que o modelo de recolha previsto contemplasse igualmente soluções adequadas para as habitações de utilização não permanente. -----

O Senhor Vereador acrescentou que, apesar de os utilizadores de segunda habitação produzirem resíduos em menor quantidade ou apenas pontualmente, essa produção não poderia deixar de ser considerada, devendo o modelo de recolha prever uma solução adequada para estas situações. -----

Em seguida, referiu-se à situação do centro histórico, dando conta de que tinham sido reportados alguns casos em determinadas ruas onde a colocação dos pequenos contentores ou pontos de recolha junto às habitações poderia dificultar a circulação automóvel, sobretudo de veículos de maiores dimensões. -----

Considerou, assim, que deveria ser acautelada a compatibilização entre a localização dos pontos de recolha e as condições de circulação existentes nas ruas mais estreitas do centro histórico. -



Por último, abordou a situação da zona industrial, referindo que alguns proprietários lhe tinham colocado questões relativamente à forma como seria assegurada a recolha de resíduos naquele espaço, tendo em consideração que as atividades aí desenvolvidas podem produzir quantidades significativas de resíduos. -----

Questionou, nesse sentido, se o novo modelo de recolha contemplaria soluções específicas para a zona industrial, adequadas às necessidades e ao volume de resíduos produzido pelas respetivas empresas. -----

O Senhor Vereador concluiu que as questões apresentadas tinham como objetivo contribuir para a reflexão sobre a forma de tornar o modelo de recolha de resíduos mais eficiente, garantindo ruas mais limpas e melhores condições de higiene e salubridade urbana. -----

Salientou, contudo, que, para além da definição do modelo de recolha, seria igualmente importante ter em consideração os hábitos e comportamentos da população. Considerou que, se o objetivo fosse aumentar os níveis de recolha seletiva e de reciclagem, seria preferível apostar numa abordagem positiva, de sensibilização e de carácter pedagógico, incentivando os munícipes a aderir às novas práticas. -----

Na sua perspetiva, uma abordagem excessivamente impositiva poderia produzir o efeito contrário ao pretendido, uma vez que a população poderia reagir negativamente quando sentisse que determinadas práticas lhe estavam a ser impostas. Defendeu, por isso, que a mudança de comportamentos deveria ser acompanhada por informação, sensibilização e incentivo, de modo a promover uma adesão consciente e responsável por parte dos munícipes.

O Senhor Vereador concluiu, salientando a importância de encontrar um modelo que, simultaneamente, permitisse melhorar os índices de recolha e de reciclagem e promovesse uma adesão voluntária, consciente e responsável por parte dos munícipes. -----

Referiu que era, no essencial, este o ponto que pretendia deixar à consideração do Executivo. -

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Vereador e, relativamente à questão dos tempos de intervenção, esclareceu que não pretendia que nenhum dos eleitos se sentisse prejudicado por intervir mais tarde na reunião. Manifestou a intenção de procurar agilizar os trabalhos da melhor forma possível, apelando à compreensão de todos para que fosse possível assegurar o normal desenvolvimento das reuniões e, sempre que possível, cumprir os tempos previstos. -----

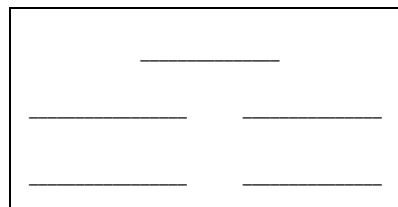
De seguida, considerou importante deixar claro que não existiam, por parte do Executivo, assuntos considerados “tabu”, nem qualquer intenção de deixar matérias por abordar ou de manter questões em silêncio. -----

O Senhor Presidente esclareceu que, relativamente à questão dos resíduos, o Executivo tinha procurado desenvolver diferentes formas de informação e sensibilização da população, tendo inclusivamente articulado a realização de um vídeo explicativo, com o objetivo de ajudar os munícipes a compreenderem melhor o novo processo de recolha. -----

Referiu que o objetivo do Executivo seria caminhar, ao longo do presente mandato, para um modelo de recolha porta a porta de todas as principais frações de resíduos. -----

Explicou que, para além das recolhas já existentes de plástico e metal, papel e cartão e vidro, se pretendia acrescentar a recolha de biorresíduos e da fração indiferenciada ou “resto”, correspondente aos resíduos que não se enquadram nas restantes categorias. -----

Considerou que, para alcançar este objetivo, seria necessário privilegiar progressivamente a recolha porta a porta. -----



Relativamente ao modelo anteriormente existente, esclareceu que continuariam a existir pontos de deposição de resíduos, mas que estes seriam reorganizados e passariam a desempenhar uma função diferente no âmbito do novo modelo de recolha.-----

O Senhor Presidente explicou que o modelo anteriormente utilizado implicava, na prática, a duplicação de custos associados à recolha seletiva, uma vez que coexistiam dois sistemas de recolha para as mesmas frações de resíduos.-----

Por um lado, existia uma equipa afeta à recolha porta a porta, responsável pela recolha das frações de papel e cartão, plástico e metal e vidro. Por outro, era assegurada a recolha dos mesmos materiais depositados nos ecopontos existentes na via pública.-----

Considerou que esta duplicação poderia originar constrangimentos na gestão dos circuitos de recolha. Quando, por diversas razões, designadamente a existência de um maior número de ecopontos, condicionamentos de trânsito ou outros imprevistos, a equipa demorava mais tempo na realização da recolha porta a porta, poderia ficar sem tempo suficiente para assegurar também a recolha dos ecopontos.-----

Explicou que uma das alterações que o Executivo pretendia implementar visava precisamente tornar o sistema mais eficiente, evitando esta duplicação de circuitos e permitindo uma melhor gestão dos meios disponíveis.-----

Neste contexto, afirmou concordar com a ideia de um modelo misto, conforme tinha sido defendido pelo Senhor Vereador, esclarecendo que seria precisamente esse o modelo a implementar no Concelho.-----

Referiu que a manutenção de alguns pontos de deposição permitiria, igualmente, dar resposta a situações específicas ou excecionais, designadamente as relacionadas com estabelecimentos de restauração, habitações de segunda residência e empresas localizadas na zona industrial.---

Esclareceu, por fim, que o objetivo não seria eliminar os ecopontos de utilização pública, mas reduzir o número de locais onde atualmente se encontram instalados os grandes ecopontos, reorganizando a sua localização e utilização de acordo com o novo modelo de recolha. -----

O Senhor Presidente acrescentou que os ecopontos que se mantivessem seriam colocados em locais considerados estratégicos, procurando igualmente reforçar a sua presença em zonas onde se verificasse uma maior necessidade, designadamente na zona industrial.-----

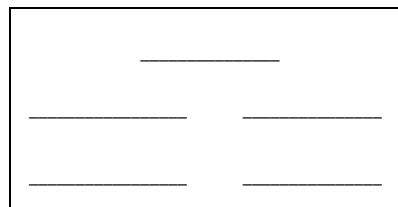
Explicou que a redução do número de ecopontos permitiria tornar a respetiva recolha mais rápida e eficiente. A título exemplificativo, referiu que, em vez de a equipa ter de percorrer cerca de 20 pontos de deposição, poderia passar a assegurar a recolha em cerca de 10, libertando tempo e recursos para outras tarefas. -----

Reforçou, contudo, que o objetivo principal seria privilegiar a recolha porta a porta, por considerar que este sistema permite uma separação seletiva dos resíduos mais eficiente por parte dos munícipes. -----

Explicou que, através da recolha porta a porta, existe um maior controlo sobre a correta separação dos resíduos, reduzindo-se a possibilidade de mistura ou deposição incorreta das diferentes frações. -----

Salientou que esta maior qualidade da separação teria também vantagens nas etapas posteriores do processo de tratamento e valorização dos resíduos, designadamente no âmbito da AMCAL (Associação de Municípios do Alentejo Central), uma vez que reduziria a necessidade de operações adicionais de verificação e triagem.-----

Concluiu reforçando que era necessário aumentar significativamente os níveis de recolha seletiva no Concelho e que o novo modelo pretendia precisamente contribuir para esse objetivo.



O Senhor Presidente acrescentou que, atualmente, a deposição de resíduos em aterro representava um encargo financeiro significativo para o Município, considerando, por isso, necessário alterar progressivamente os hábitos de produção e separação de resíduos.-----

Referiu que o Executivo pretendia apostar numa forte campanha de sensibilização junto da população, de modo a promover a correta separação dos resíduos e aumentar os níveis de reciclagem.-----

Informou, igualmente, que se pretendia avançar com a distribuição de mais um contentor destinado à deposição de biorresíduos, enquadrando esta medida num conjunto de passos que seriam implementados progressivamente.-----

Acrescentou que o modelo futuro contemplaria também a recolha da fração indiferenciada, procurando, simultaneamente, reduzir o número de contentores destinados a esta fração nos pontos de deposição existentes na via pública.-----

Explicou que a intenção seria privilegiar cada vez mais a recolha porta a porta, mantendo contentores para a fração indiferenciada essencialmente nos locais onde permanecessem ecopontos. Desta forma, os munícipes que necessitassem de utilizar um ecoponto teriam também disponível, nesses mesmos locais, um contentor para a deposição da fração indiferenciada.-----

O Senhor Presidente, respondendo às questões anteriormente colocadas pelo Senhor Vereador, esclareceu que, relativamente aos estabelecimentos de restauração, seria assegurada a existência de um ecoponto de utilização pública nas proximidades das zonas com maior concentração de restaurantes, tendo em consideração a maior produção de resíduos associada a esses estabelecimentos.-----

Acrescentou que existiam, igualmente, duas medidas específicas para os estabelecimentos de restauração. Por um lado, a proximidade de um ecoponto de via pública e, por outro, a disponibilização de contentores de maior capacidade destinados aos respetivos estabelecimentos.-----

Referiu que, caso a capacidade dos contentores existentes se revelasse insuficiente, o Município poderia disponibilizar unidades de maior dimensão, uma vez que dispunha de algum equipamento em *stock*.-----

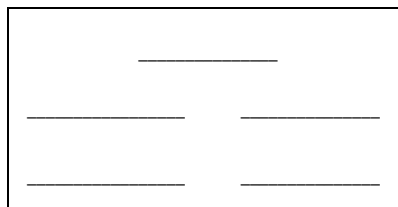
O Senhor Presidente salientou, contudo, que, antes da implementação das restantes medidas previstas, era fundamental otimizar o funcionamento da recolha porta a porta.-----

Nesse sentido, informou que o Município já tinha realizado uma reunião com as Engenheiras do Ambiente e com os técnicos diretamente envolvidos na recolha de resíduos, procurando recolher o seu *feedback* e identificar os principais constrangimentos existentes.-----

O Senhor Presidente acrescentou que os trabalhadores responsáveis pela recolha de resíduos tinham um conhecimento muito mais aprofundado das dificuldades existentes no terreno, precisamente por acompanharem diariamente o serviço, reiterando que o Executivo não tinha a pretensão de conhecer todas as situações e que, por isso, procurava informar-se junto dos serviços.-----

Nesse sentido, solicitou às técnicas da área do ambiente que procurassem otimizar ao máximo o funcionamento da recolha porta a porta.-----

Salientou que era fundamental que os munícipes adquirissem confiança no sistema, sentindo que, nos dias definidos para a recolha, poderiam colocar o respetivo contentor no exterior da habitação e ter a garantia de que este seria efetivamente recolhido, sem constrangimentos ou falhas.-----



Considerou que assegurar esta confiança seria uma condição essencial para, posteriormente, avançar com as restantes medidas previstas para o novo modelo de recolha.-----

O Senhor Presidente reforçou que, na sua perspetiva, tinha procurado responder às questões colocadas pelo Senhor Vereador, manifestando igualmente satisfação pela convergência relativamente à adoção de um modelo misto de recolha.-----

Explicou que os ecopontos que permaneceriam em funcionamento permitiriam responder a diversas situações específicas. Assim, as pessoas que utilizassem uma habitação apenas ao fim de semana, por exemplo, poderiam deslocar-se a um desses pontos e aí depositar os seus resíduos.-----

Relativamente às pessoas residentes fora dos núcleos urbanos, designadamente nas zonas rurais não abrangidas pela recolha porta a porta, informou que se procuraria concentrar alguns ecopontos em locais estratégicos, nomeadamente junto às entradas das zonas urbanas.-----

Desta forma, quem se deslocasse diariamente entre as zonas rurais e os núcleos urbanos poderia utilizar esses pontos durante o percurso, depositando os resíduos sem necessidade de se deslocar propositadamente a outro local.-----

O Senhor Presidente referiu que a área do ambiente era da sua responsabilidade, embora a matéria dos resíduos fosse transversal, envolvendo igualmente o estaleiro municipal, razão pela qual o acompanhamento desta questão tinha sido dividido entre si e o Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-presidente usou da palavra e acrescentou, a título meramente informativo, alguns dados relativos ao número de contentores distribuídos no Concelho. Referiu que existiam cerca de 3.300 domicílios e que, considerando a disponibilização de três contentores por domicílio, seria necessário atingir aproximadamente 9.900 contentores.-----

Contudo, de acordo com os dados disponíveis relativos ao mês de outubro, tinham sido distribuídos cerca de 4.500 contentores, número que, entretanto, poderia ter aumentado nos dois meses seguintes.-----

Considerou, assim, que existia ainda um caminho significativo a percorrer no sentido de aumentar a distribuição dos contentores e promover a adesão dos munícipes ao sistema de recolha.-----

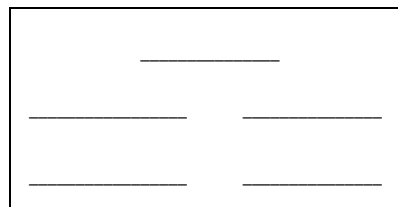
Concordou com a importância da sensibilização da população, defendendo que a implementação do novo modelo deveria ser feita de forma tranquila e pedagógica, sem recurso a uma abordagem impositiva, por considerar que essa estratégia seria mais eficaz para promover a adesão dos munícipes.-----

O Senhor Presidente salientou que existia ainda um caminho a percorrer para que a população aderisse de forma mais generalizada ao sistema de recolha porta a porta. Considerou que os números apresentados demonstravam que, atualmente, o sistema não era utilizado de forma uniforme por todos os munícipes, existindo ainda pessoas que continuavam a utilizar os pontos de deposição existentes na proximidade das suas habitações.-----

Explicou que essa situação se devia, em parte, à existência de ilhas de ecopontos próximas, que facilitavam a deposição dos resíduos por parte dos munícipes.-----

Referiu, contudo, que seria possível reduzir significativamente o número de pontos de recolha, eventualmente para cerca de um terço dos atualmente existentes, sem que isso significasse necessariamente uma redução do número de contentores disponíveis.-----

Esclareceu que os contentores poderiam ser redistribuídos e reforçados nos locais onde se verificasse uma maior produção de resíduos, designadamente nos pontos destinados à deposição de papel e cartão, que tendiam a atingir mais rapidamente a sua capacidade máxima.



Acrescentou que seriam igualmente considerados reforços específicos em zonas industriais e em estabelecimentos de restauração com maior atividade, procurando adequar a capacidade de deposição às necessidades efetivas de cada local.-----

O Senhor Vice-Presidente acrescentou que, sempre que as condições do espaço o permitissem, poderia ser reforçada a capacidade dos pontos de deposição, passando, por exemplo, de três para seis contentores. Salientou, contudo, que seria necessário avaliar cada situação individualmente e procurar soluções adequadas às características de cada local. -----

Referiu que existiam ainda outras situações específicas que deveriam ser consideradas, dando como exemplo os municípios que tinham dificuldade em guardar os contentores dentro das suas habitações e que manifestavam preocupação relativamente a essa questão. -----

Esclareceu que estes eram apenas alguns exemplos das dúvidas e dificuldades que iam sendo transmitidas pelos municípios e que deveriam ser objeto de esclarecimento no âmbito da implementação do novo modelo. -----

Relativamente ao papel e cartão, explicou que, quando este material ficava no exterior e era exposto à chuva, tal não comprometia necessariamente a sua reciclagem, uma vez que continuaria a poder ser encaminhado para valorização. -----

Considerou, contudo, que todo este processo exigiria tempo, sensibilização e adaptação por parte da população, salientando que se tratava de um caminho que outros municípios já tinham iniciado, nomeadamente alguns dos municípios que integram a AMCAL, incluindo no âmbito da recolha de biorresíduos. -----

Referiu que o Município ainda não tinha iniciado essa recolha, mas considerou que se tratava de uma evolução inevitável, sobretudo tendo em conta a capacidade disponível para deposição de resíduos em aterro. -----

Alertou, neste contexto, para a situação do aterro de Vila Ruiva, da AMCAL (Associação de Municípios do Alentejo Central), relativamente ao qual existia a indicação de que poderia atingir a sua capacidade limite dentro de poucos anos, considerando a situação preocupante.-----

Concluiu salientando que a resolução deste problema exigiria o contributo de todos, sendo fundamental que a população compreendesse a importância da correta separação e recolha dos resíduos e aderisse progressivamente ao novo modelo, cabendo ao Município conduzir e acompanhar todo esse processo. -----

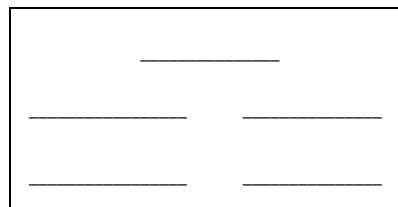
O Senhor Presidente acrescentou, para esclarecimento de quem acompanhava a reunião, que a AMCAL (Associação de Municípios do Alentejo Central) constituía a entidade responsável pela gestão dos resíduos dos municípios que a integram, num total de cinco municípios. -----

Referiu que, atualmente, Viana do Alentejo era o único desses municípios que ainda não dispunha de um sistema de recolha porta a porta, encontrando-se, por isso, atrasado relativamente aos restantes. -----

Considerou que o Município deveria acompanhar rapidamente o trabalho que já estava a ser desenvolvido pelos restantes municípios, sob pena de ficar mais condicionado, designadamente em termos de recursos e de capacidade de resposta na gestão dos resíduos. -----

Interveio ainda o Senhor Vereador Luís Duarte referiu que este tinha sido particularmente cuidadoso com o cumprimento dos 60 minutos e com o horário da reunião, salientando que, anteriormente, sempre tinha existido espaço para a apresentação de contrapropostas e respetivas respostas. -----

Esclareceu, contudo, que não pretendia prolongar a discussão sobre essa matéria, prosseguindo apenas com a intervenção que considerasse necessária. -----



O Senhor Vereador esclareceu que, relativamente ao limite dos 60 minutos, o tempo utilizado pelo Senhor Presidente para responder às questões colocadas pelos Vereadores não deveria ser contabilizado nesse limite, referindo que, nos termos legais, esse período se destinaria às intervenções dos Vereadores, nomeadamente para a apresentação de questões e exposição dos respetivos pontos de vista.-----

Salientou que se tratava apenas de uma nota e sugeriu que a questão fosse posteriormente verificada. -----

O Senhor Presidente agradeceu o esclarecimento e afirmou que iria verificar a matéria. -----

Acrescentou, contudo, que a sua preocupação com a duração das reuniões decorria também do facto de as reuniões de Câmara se realizarem semanalmente, considerando que esse facto permitia aos Vereadores apresentar regularmente os assuntos e questões que entendessem pertinentes.-----

Assegurou que não pretendia limitar as intervenções dos Vereadores, afirmando que não seria sua intenção interrompê-los ou impedir que concluíssem os respetivos assuntos. -----

Explicou que o pedido de síntese formulado naquela reunião tinha apenas o objetivo de gerir o tempo disponível, acrescentando que, devido às questões anteriormente abordadas na Assembleia Municipal, a reunião tinha acabado por se prolongar mais do que inicialmente previsto.-----

O Senhor Vereador acrescentou que tinha preparado outros assuntos para abordar na reunião, mas que tinha reduzido a sua intervenção precisamente em função da preocupação manifestada relativamente à duração dos trabalhos. Referiu, nesse sentido, que dispunha de mais documentação e questões que poderia ter apresentado, mostrando aos presentes que tinha preparado outros temas para discussão.-----

Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, entrou-se na Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta no final da reunião. -----

Ponto dois) Informação escrita sobre a Atividade da Câmara – A Câmara tomou conhecimento da Atividade da Câmara no período compreendido entre os dias 30 de dezembro e 7 de janeiro de 2026: -----

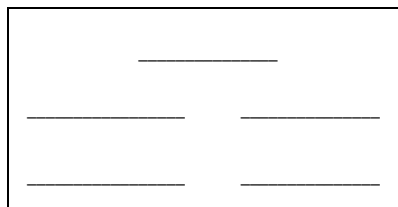
No dia 30 de dezembro decorreu uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, no Cineteatro Vianense, na qual estiveram presentes o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Vereador Luís Miguel Duarte. -----

No dia 3 de janeiro, o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente, o Adjunto do Senhor Presidente e o Secretário do Gabinete de Apoio à Presidência estiveram presentes no terceiro dos três concertos “Candlelight”, desta vez na Igreja Matriz de Alcáçovas, com o apoio da junta de freguesia local. Regista-se um balanço bastante positivo, tendo em conta a forma como as três igrejas encheram e, também, tendo em conta o feedback transmitido por vários municípios.-----

No dia 5 de janeiro decorreu a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Viana do Alentejo.--

No dia 6 de janeiro, as crianças do CICM - Centro Imaculado Coração de Maria deslocaram-se aos Paços do Concelho para “Cantar as Janeiras”, acompanhadas pelos responsáveis institucionais. Foram recebidas pelo executivo em regime de permanência, membros do Gabinete de Apoio à Presidência e trabalhadores municipais que estavam no edifício. -----

Também no dia 6 de janeiro, por ocasião do 9.º aniversário da Tuna do Polo de Viana do Alentejo da Universidade Popular Túlio Espanca, a referida Tuna cantou as Janeiras no Largo da Câmara



Municipal. De seguida, no Cineteatro Vianense, cantaram-se os parabéns. Estas iniciativas foram acompanhadas pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Vice-Presidente.-----

Ainda no dia 6 de janeiro, o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente participaram nas comemorações do “Dia de Reis”, na Praça da República de Viana do Alentejo, promovidas pela Junta de Freguesia de Viana do Alentejo -----

Igualmente no dia 6 de janeiro, o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente estiveram presentes no “Cantar aos Reis”, na Praça da República de Alcáçovas, promovido pela Junta de Freguesia de Alcáçovas.-----

Ponto três) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 15, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Aguiar- Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 15, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Aguiar, no montante de 2 357,23 € (dois mil trezentos e cinquenta e sete euros e vinte e três euros)-----

Ponto quatro) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 16, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Alcáçovas- Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 16, referente à Empreitada de Construção da Unidade de Saúde na Freguesia de Alcáçovas, no montante de 1 326,11 € (mil trezentos e vinte e seis euros e onze centimos).-----

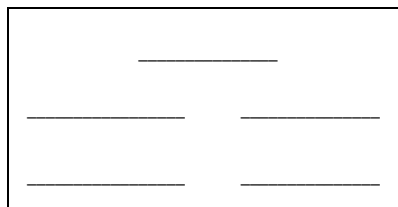
Ponto cinco) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 3, referente à Empreitada de Ampliação de Estacionamento e Construção de Passeio na Rua do Rocio em Viana do Alentejo, e Requalificação dos Espaços Exteriores da Unidade de Saúde de Aguiar- Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos nº 3, referente à Empreitada de Ampliação de Estacionamento e Construção de Passeio na Rua do Rocio em Viana do Alentejo, e Requalificação dos Espaços Exteriores da Unidade de Saúde de Aguiar, no montante de 3 091,63 €) três mil e noventa e um euros e sessenta e três centimos). -----

Ponto seis) Proposta de transferência de verba para a Associação Nacional de Assembleias Municipais (Quota de 2026) - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a Associação Nacional de Assembleia Municipais (Quota de 2026), no valor de 1.663,92€ (mil seiscentos e sessenta e três euros e noventa e dois centimos). -----

Ponto sete) Proposta de constituição de Fundo de Maneio a cargo do representante do Município na CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo/Ano de 2026 - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a constituição de um Fundo de Maneio para o ano de 2026, no montante de 52,00 € (cinquenta e dois euros), a cargo do Técnico Superior João Antunes, representante do Município de Viana do Alentejo na CPCJ de Viana do Alentejo, para realização de pequenas despesas ocasionais, no âmbito do funcionamento da Comissão.-----

Ponto oito) Proposta de aprovação do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Galopar e Pedalar Clube BTT de Aguiar- 2026/2027 - A câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Galopar e Pedalar Clube BTT de Aguiar, para a época 2026/2027, pagos nos seguintes termos: -----

- a) 30/01/2026, o montante de 900,00€; -----
- b) 02/03/2026, o montante de 1.000.00€; -----
- c) 01/07/2026, o montante de 1.000.00€. -----



Ponto nove) Proposta de aprovação do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Clube de Atletismo de Viana do Alentejo -2026/2027 - A Câmara

deliberou aprovar, por unanimidade, o Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Clube de Atletismo de Viana do Alentejo, para a época desportiva 2026/2027, pagos nos seguintes termos: -----

a) 15/02/2026, o montante de 2.250,00€ -----

b) 15/05/2026, o montante de 1.750,00€ -----

c) 15/08/2026, o montante de 990.00€ -----

Ponto dez) Proposta de aprovação da 2ª alteração ao Plano de Transportes Escolares do Concelho de Viana do Alentejo – Ano Letivo 2025/2026 - Por unanimidade, a Câmara Municipal

deliberou aprovar a 2.ª Alteração ao Plano de Transportes Escolares do Concelho de Viana do Alentejo – Ano Letivo 2025/2026, a qual mereceu parecer do Conselho Municipal de Educação, emitido em 17 de julho de 2025, e foi aprovada em Reunião Pública da Câmara Municipal de 30 de julho de 2025, contemplando, nomeadamente, as seguintes alterações: -----

- Criação do Circuito de Transporte Especial n.º 8, em conformidade com o pedido de transporte apresentado pelo encarregado de educação de um aluno que irá frequentar a Escola Básica de Alcáçovas, residente na Estrada Nacional 2 – Vale Lameira, km 558, na freguesia de Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo, com um custo diário de 28,12 € e um valor total anual de 1.912,43 €; -----

- Atualização do valor pago por viagem, mediante a introdução do custo da bandeirada, de acordo com a tarifa tabelada pela ANTRAL. -----

Para o efeito, procedeu-se à alteração da informação constante das Tabelas nºs 3, 6 e 7, bem como da informação descrita nas páginas 9, 10, 14 e 18.

No segundo período destinado à intervenção do público, o Senhor Presidente perguntou se alguém desejava intervir.-----

Não se tendo registado quaisquer intervenções, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e dez minutos, tendo a minuta da presente ata sido aprovada, por unanimidade, no final da reunião. -----

_____	_____
_____	_____

Eu,

, Assistente Técnica, a subscrevi.

Os Vereadores